

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**VICE-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**



**INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA**

**O CICLO DA MINERAÇÃO NO MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA - GOIÁS: O  
REGO DO SAIA VELHA E AS ALTERAÇÕES NA PAISAGEM.**

**Priscila Jane Madureira**

**Orientador: Dr. Júlio Cezar Rubin de Rubin**

**Dissertação de Mestrado**

**Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural**

**Área de Concentração: Antropologia**

**GOIÂNIA**

**2005**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**VICE-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**



**INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA**

**O CICLO DA MINERAÇÃO NO MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA - GOIÁS: O  
REGO DO SAIA VELHA E AS ALTERAÇÕES NA PAISAGEM.**

**Priscila Jane Madureira**

**Orientador: Dr. Júlio Cezar Rubin de Rubin**

**Dissertação apresentada ao Mestrado  
Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural, da  
Universidade Católica de Goiás, como parte dos  
requisitos para obtenção do título de Mestre em Gestão  
do Patrimônio Cultural.**

**GOIÂNIA**

**2005**

## FOLHA DE AVALIAÇÃO

### O CICLO DA MINERAÇÃO NO MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA - GOIÁS: O CANAL DO SAIA VELHA E AS ALTERAÇÕES NA PAISAGEM

Autora: Priscila Jane Madureira

Dissertação defendida e avaliada em 16 de Dezembro de 2005, pela banca examinadora constituída pelos professores:

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Márcia Bezerra

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosana Pinhel Mendes Najjar

---

Prof. Dr. Júlio Cezar Rubín de Rubín  
Orientador

Dedico este trabalho aos meus pais e ao  
meu namorado Rogério ,pois sem eles

eu não conseguiria chegar até aqui.

Agradeço primeiramente a Deus por estar sempre me abençoando, ao meu orientador e professor Júlio Rubín que através de sua grande experiência tem me ensinado muito. Ao meu grande amigo Anderson que me apoiou muito durante o mestrado, a professora Rosicler Teodoro, ao secretário de turismo Senhor Zacarias ao senhor secretário de planejamento senhor Julio, a casa de cultura de Luziânia, a secretaria de educação de

Luziânia. A eles os meus mais sinceros  
agradecimentos.

## SUMÁRIO

Índice.....	vii
Lista de Figuras .....	viii
Lista de Tabela.....	ix
Resumo.....	x
Abstract.....	xii
1 - Introdução.....	12
2 - Histórico da área de pesquisa.....	14
3 - Patrimônio histórico de Luziânia.....	22
4 - Referencial Teórico.....	26
5 – Metodologia.....	38
6 - Resultados obtidos.....	40
7 – Conclusão.....	54
Referência Bibliográfica.....	56
Anexo.....	61

## ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	OCUPAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA.....	14
	2.1 - Mineração em Goiás : Ocupação da província.....	14
	2.2 – Histórico da Cidade de Luziânia.....	16
	2.3 – Evolução Territorial e administrativa.....	16
	2.4 – Plano Diretor de Luziânia.....	20
3	PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE LUZIÂNIA.....	22
	3.1 – Histórico do Rego Saia Velha.....	24
4	REFERENCIAL TEÓRICA.....	26
	4.1 – Cultura.....	26
	4.2 – Patrimônio Cultural Brasileiro.....	27
	4.3 – Patrimônio Cultural, Proteção legal e Constitucional.....	30
	4.4 – Patrimônio Cultural : Edificado e Histórico , Natural e Imaterial.....	31
	4.5 – O que Preservar.....	32
	4.6 -Técnicas de Mineração.....	34
	4.7 – Paisagem.....	34
5	METODOLOGIA.....	38
6	RESULTADOS OBTIDOS.....	40
7	CONCLUSÃO.....	54
	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	56
	ANEXO.....	61

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1:	Mapa de Localização da Pesquisa.....	13
Figura 3.1:	Vista parcial da Igreja Nossa Senhora do Rosário.....	23
Figura 3.2:	Vista parcial da Casa da Cultura de Luziânia.....	23
Figura 6.1:	Mapa Topográfico.....	40
Figura 6.2:	Ocupação urbana da antiga área de garimpo, próximo à igreja do Rosário.....	41
Figura 6.3:	Ocupação urbana incidindo sobre um antigo traçado do rego. Ao fundo parte do rego ainda preservado.....	41
Figura 6.4:	Ocupação urbana e atividades de extração de argila na área do antigo garimpo, próximo à igreja do Rosário.....	42
Figura 6.5:	Área urbana de Luziânia. Ao fundo parte da vertente por onde passava o rego, destruído pela ocupação do solo.....	42
Figura 6.6:	Neste local, junto a Br 040 havia um morro por onde passava o rego do Saia Velha.....	43
Figura 6.7:	Mesmo local indicado na figura anterior. Vista mostrando a área paralela a Br 040 Funcionários extras.....	43
Figura 6.8:	Vista parcial de uma das vertentes que delimita a área urbana de Luziânia por onde passa o rego do Saia Velha.....	44
Figura 6.9:	Vista parcial do rego ameaçado pela ocupação urbana, trilhas e abertura de estradas.....	44
Figura 6.10:	Outro segmento da vertente que contém o Rego do Saia Velha, e a incidência da estrada sobre o rego.....	45
Figura 6.11:	Foto evidenciando o depósito tecnógeno construído (lixão) próximo ao rego.....	45
Figura 6.12:	Parte do rego destruído pela abertura de estrada secundária.....	46
Figura 6.13:	Segmento do rego ameaçado pela ocupação urbana.....	46
Figura 6.14:	Área onde o rego encontra-se bem preservado, protegido pela alta declividade e vegetação nativa. Notar áreas de desmatamento junto ao mesmo.....	47
Figura 6.15:	Expansão da ocupação urbana e abertura de estradas ameaçando o segmento preservado do rego.....	47
Figura 6.16:	Exemplo de segmento onde o rego está bem preservado, apesar da abertura de trilhas, desmatamento e utilização do mesmo como pista de motocross.....	48
Figura 6.17:	Traçado do Rego do Saia Velha	48
Figura 6.18:	Traçado do Rego bem preservado	49



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 2.1: Evolução Territorial e Administrativa / Datas Importantes.....	19
--	----

## LISTA DE ANEXOS

ANEXO I:	O inusitado evento das cabaças.....	61
----------	-------------------------------------	----

## RESUMO

A presente dissertação desenvolvida no Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural aborda as alterações da paisagem no município de Luziânia, Goiás, como elemento impactante ao rego do Saia Velha, canal aberto pelos escravos no período de 1768 e 1770.

O município de Luziânia tem sua história relacionada com o ciclo do ouro no estado de Goiás, e tem como principais elementos representativos deste período a Igreja Nossa Senhora do Rosário e a Casa de Cultura. O rego do Saia Velha também pertence a este universo, sendo um patrimônio cultural não apenas do município de Luziânia, como também do estado de Goiás.

No desenvolvimento dos trabalhos verificou-se que o rego encontra-se totalmente destruídos em alguns segmentos e preservados a parcialmente preservados em outros, principalmente pela expansão urbana, agrícola e industrial do município. Verificou-se, também, que o atual plano diretor municipal não possui um zoneamento que vise a preservação deste patrimônio. Para agravar a situação, a população que vive nas proximidades do rego não manifesta qualquer preocupação com a preservação do rego.

Os exemplos apresentados e as informações obtidas em campo evidenciam que a ação antrópica se desenvolve sem qualquer fiscalização por parte dos órgãos competentes, com o rego sendo impactado das mais diversas maneiras, interceptado pelas aberturas de estradas secundárias, aterrado para fins de urbanização, como pista de MotoCross e, totalmente destruído pela terraplanagem da Br. 040.

Como o rego é um patrimônio cultural do município acredita-se que a solução para sua preservação depende da força da legislação. Neste contexto, o Rego do Saia Velha merece uma maior atenção pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, devendo ser inserido em um plano de gestão dos patrimônios natural e cultural.

O presente trabalho propõem fazer do Rego do Saia Velha parte de uma unidade de conservação dos patrimônios natural e cultural, obedecendo aos critérios do IBAMA e do IPHAN. Para as áreas já impactadas, onde o canal não foi destruído, sugere-se que o canal seja recuperado. Para os segmentos onde o canal foi destruído a medida apresentada é a busca de registros históricos, como fotografias, gravuras etc.

Palavras-chave: Rego do Saia Velha, ciclo da mineração, Luziânia, gestão do patrimônio cultural

## ABSTRACT

The present dissertation developed in the Professional Master's in Management of the Cultural Patrimony approaches the alterations of the landscape in the city of Luziânia, Goiás, as impacted element to it Rego do Saia Velha, canal opened for the slaves in the period of 1768 and 1770.

The city of Luziânia has its history related with the cycle of the other in the state of Goiás, and has as main representative elements of this period the Church Our Lady of the Rosary and the House of Culture. I water it of the Saia Velha also belongs to this universe, being a cultural patrimony not only of the city of Luziânia, as also of the state of Goiás.

In the development of the works it was verified mainly that I water it meets destroyed in some segments and preserved total partially preserved in others, for the urban, agricultural and industrial expansion of the city. It was verified, also, that the current municipal managing plan does not possess a zoning that aims at the preservation of this patrimony. To aggravate the situation, the population that lives in the neighborhoods of it I water not manifest any concern with the preservation of I water it.

The presented examples and the information gotten in field evidence that the entropic action if develops without any fiscalization on the part of the competent agencies, with waters it being impacted in the most diverse ways, intercepted for the openings of secondary roads, filled with earth for urbanization ends, as track of Motocross and, total destroyed for the glide soil of Br. 040.

As I water it is a cultural patrimony of the city gives credit that the solution for its preservation depends on the force of the legislation. In this context, Rego of the Saia Velha deserves a bigger attention for the Institute of National the Historic site and Artistic, having to be inserted in a plan of management of the patrimonies natural and cultural. The present work considers making of Rego of the Saia Velha part of a unit of conservation of the patrimonies natural and cultural, obeying the criteria of the IBAMA and the IPHAN. For the impacted areas already, where the canal was not destroyed, suggest that the canal is recouped. For the segments where the canal was destroyed the presented measure is the search of historical registers, as photographs, engravings etc.

Word-key: I Rego do Saia Velha, cycle of the mining, Luziânia, management of the cultural patrimony.

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação é fruto da formação profissional da autora, graduada em Turismo, aplicado a Gestão do Patrimônio Cultural, tendo como elo de ligação as alterações da paisagem. Em razão desta formação, alguns temas pertinentes ao desenvolvimento da dissertação foram abordados pela primeira vez pela candidata, alguns dos quais estão mencionados no Capítulo II.

O objetivo geral da dissertação é abordar as alterações da paisagem no município de Luziânia, como elemento impactante ao patrimônio cultural, utilizando-se para tal o Rego do córrego Saia Velha, remanescente do ciclo da mineração e que vêm sendo alvo de destruição em consequência da expansão urbana e rural.

A área da pesquisa (Figura 1.1) foi identificada através do programa de levantamento sistemáticos dos patrimônios arqueológicos, pré-históricos e histórico-culturais na área diretamente afetada pela linha de transmissão Samambaia (DF)/ Rio Vermelho (GO) coordenado pela arqueóloga Rosiclér Theodoro da Silva, parceria entre a CTE - Engenharia, CELG - Centrais Elétricas de Goiás e com o apoio institucional da Universidade Estadual de Goiás.

Luziânia é um município Goiano que fica localizado no entorno de Brasília a 188 km da cidade de Goiânia. A cidade tem raízes no período colonial e se manteve por muitos anos com o retrato barroco. O centro antigo da cidade contém praças, casarões de arquiteturas coloniais, igrejas, festas populares que vem desde muitos séculos atrás.

A bibliografia comumente refere-se ao Rego do Saia Velha. Em alguns casos utilizam-se também como sinônimo canal, duto, dique e aqueduto. Nesta dissertação adotou-se rego ou canal.

A relação entre patrimônio cultural e a apropriação da paisagem, apresenta-se como uma das principais questões da atualidade, uma vez que há necessidade de expansão urbana e agrícola. Esta expansão, em decorrência do aumento populacional, e a consequente necessidade de novos loteamentos e produção de alimentos, estabelecem uma tensão com a preservação do patrimônio cultural, principalmente em áreas do ciclo da mineração, como na Cidade de Goiás e Luziânia.

Neste universo, o Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural é a oportunidade para contextualizar o Rego do Saia Velha frente a apropriação do espaço uma vez que gerir é também proteger e preservar.

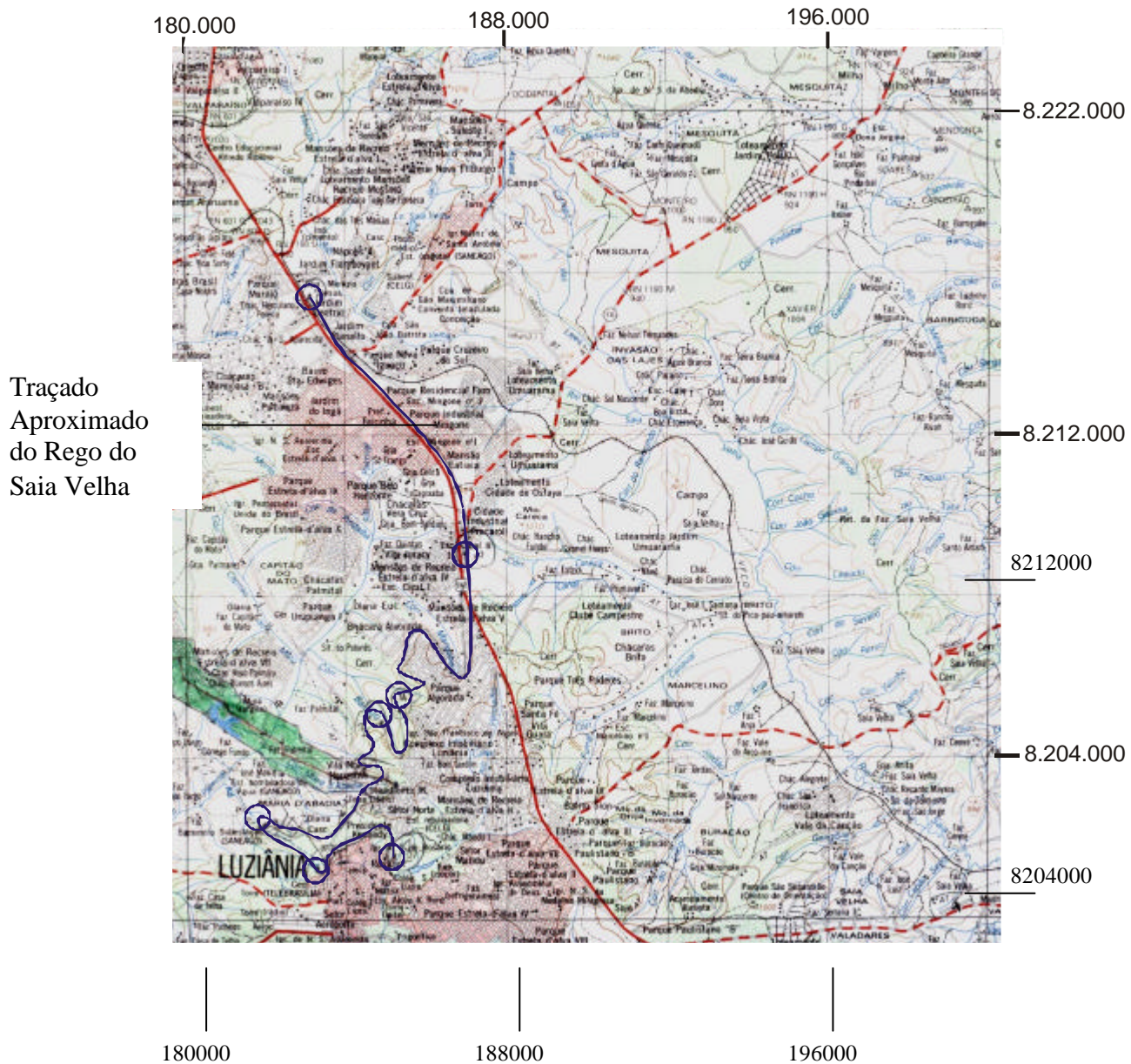


Figura 1.1: Mapa de localização da área de pesquisa (escala aproximada 175.000) com o traçado parcial aproximado do Rego do Saia Velha.

## II. HISTÓRICO DA ÁREA DE PESQUISA

Este capítulo apresenta um breve histórico da mineração no Estado de Goiás e do surgimento da cidade de Luziânia e seu atual plano diretor, além do patrimônio histórico municipal.

### 2.1. MINERAÇÃO EM GOIÁS: OCUPAÇÃO DA PROVÍNCIA

No século XVIII, após a descoberta de ouro em Minas Gerais e Cuiabá, os paulistas lançaram-se a procura deste metal na capitania de Goiás. Da cidade de São Paulo partiram expedições na expectativa de que os “sertões de Goyazes” representassem a continuidade das Minas Gerais e Cuiabá (Palacín,1994).

Sem grandes obstáculos naturais, o território goiano oferecia-se aberto a penetração pelo leste, partindo de São Paulo, do Rio de Janeiro e da Bahia e, remontando a corrente dos rios amazônicos (op.cit).

Em 1720, os paulistas da Vila de Santana de Parnaíba, Bartolomeu Bueno da Silva, João Leite da Silva Ortiz e Domingos Rodrigues do Prado, escreveram ao Soberano (Rei de Portugal) oferecendo-se para organizar uma bandeira ao sertão da capitania, destinada ao descobrimento de minas, pedindo em troca o imposto das passagens dos rios que necessitassem de canoa, por três gerações, e as vantagens que o rei costumava conceder nestes casos (op.cit).

Na exultação do momento, organizou-se rapidamente nova expedição com “*tropas reforçadas*”. O governo declarou seu propósito de abrir com ajuda de contínuos socorros o caminho para Mato Grosso através de Goiás (Palacin, 1994).

Logo de início Bartolomeu Bueno funda o primeiro arraial de Sant Anna (hoje Cidade de Goiás), situado entre as margens do rio Vermelho. Em 1731, o companheiro de Bartolomeu Bueno, Manuel Rodrigues Tomás, descobriu as ricas jazidas da Serra dos Pireneus, e junto ao rio das Almas surge o arraial de Meia Ponte (hoje Pirenópolis) (op.cit).

Quase ao mesmo tempo, descobriam-se as minas de Tocantins “tão ricas” que ao criar-se o imposto da capitação, foi lhes determinada uma taxa mais alta por escravos. A atividade desenvolvida durante esses primeiros anos nas minas foi quase sobre-humana (op.cit).



Após quinze anos de mineração, abriram-se caminhos e estradas, vasculharam rios e montanhas, desviavam correntes, desmatavam e limpavam regiões inteiras e exploravam os índios (op.cit).

Estas informações indicam que neste período a atividade mineradora, além de ter causado impacto ambiental, também deve ter destruído sítios arqueológicos pré-históricos, iniciando-se a destruição do patrimônio cultural brasileiro.

O ciclo da mineração em Goiás proporcionou o surgimento dos arraiais Meia Ponte, Santa Ana, Anicuns, Vila Boa, Montes Claros, Santa Luzia, Crixás, Pilar, Água Quente, Cavalcante etc (op.cit).

Após o período de apogeu, a mineração caiu em decadência principalmente pela falta de tecnologia para exploração. Com o fraco rendimento das minas, a atividade econômica passou a significar grandes problemas arrastando, consigo outros setores da economia como: a diminuição do comércio externo, a diminuição da importação, pouco rendimento dos impostos e a diminuição da mão de obra por falta de escravos. Esta realidade levou um estreitamento do comércio interno e o fechamento da economia (op.cit).

Os efeitos da mineração foram se transformando lentamente. Os mineradores continuavam a exploração apesar do baixo rendimento. Durante o final do século XVIII o número de escravos ocupados na mineração continuava a cair. Nos dez anos seguintes, houve uma redução do quinto pela metade (op.cit).

Em 1809 surge o arraial de Anicuns, a localidade tinha a pedreira mais rica em ouro, até então pouco explorada pelos mineradores. Uma enorme onda de esperança surgia, “*O novo descoberto de Anicuns*” informava dom Francisco. Os rendimentos dos primeiros meses foram espetaculares, superando todas as expectativas dos garimpeiros (op.cit).

Em 1820 a mina de Anicuns entrava em decadência, praticamente tinha desaparecido como atividade econômica significativa. Continuavam alguns míseros faiscadores “levando e relevando o cascalho”<sup>1</sup> acumulado nos dias passados e removendo as areias que foram auríferas (op.cit).

A decadência da mineração afetou outros setores da economia. Quando o conde dos Arcos chegou a Goiás observou que os soldados por falta de quartel tinham de ser alojados em casa de famílias o que causava o maior transtorno para as pessoas (op.cit).

---

<sup>1</sup> Levando e relevando expressão utilizada pelos mineradores.

Com a decadência do ouro, os mineradores passaram a se dedicar a agricultura tendo essa atividade como forma de sustento, as autoridades locais e o Governo incentivavam essa prática dizendo “a agricultura é uma das atividades que mais cresce na economia” de certa forma essas palavras impulsionavam os mineradores a praticarem essa nova atividade (op.cit).

## **2.2. Histórico da Cidade Luziânia**

Deve-se ao paulistano Antônio de Azevedo a primeira exploração do território que constitui hoje o município de Luziânia. Foi em agosto de 1746 que se formou uma grande expedição com o objetivo de abrir um caminho de Minas Gerais para Goiás, trazendo Antônio Bueno e seus homens ao local onde surgiria Santa Luzia. Com muitos escravos e companheiros, Antônio Bueno de Azevedo partiu de Paracatu - capitania de Minas Gerais rumo ao Noroeste, até alcançar as margens de um rio o qual se denominou São Bartolomeu, em homenagem ao santo do dia. Como avançasse por uma região pouco conhecida e totalmente erma (somente conhecida por índios Caiapó) o bandeirante decidiu então a plantar milho e arroz garantindo a alimentação para a caravana (Álvares, 1979).

Como o governador de Minas Gerais pretendia estabelecer ligações com as novas regiões, Antônio Bueno de Azevedo fundou então uma fazenda agrícola nos arredores Santa Luzia para gerar meios de subsistência na empreita, e que, posteriormente, poderia servir de recurso para os viajantes da estrada (op.cit).

Antônio Bueno de Azevedo seguiu viagem rumo ao oeste, fixando seu arranchamento no local que denominou Arraial de Santa Luzia, em 13 de dezembro de 1746. Conta à tradição que tendo mandado levar um pouco de areia do riacho, tamanha quantidade de ouro encontrado que ele e seus companheiros não conseguiam acreditar no que viam. Mandou repetir a operação de lavagem e a bateia trouxe mais granitos e palhetas de ouro. Ajoelhando-se agradeceu a Deus e invocou Santa Luzia, dedicando a povoação que iria se formar sob os auspícios de seu nome (Pimentel, 1994, p.20).

Em 25 de março de 1747, tendo como oficial o padre Luiz da Gama Mendonça, foi celebrada a primeira missa, assistida por mais de seis mil pessoas. Tal missa foi

realizada em um pavilhão armado junto à cruz erigida por Bueno. A notícia da descoberta do ouro nessa região logo chegou a Meia Ponte (hoje Pirenópolis) (Álvares, 1979).

O coronel Fernando Bicudo de Andrade, superintendente e guarda-mor das minas do Meia Ponte organizou rapidamente uma expedição ao arraial de Santa Luzia, com propósito de anexar as novas minas ao Meia Ponte, estendendo assim seus domínios (op.cit).

No entanto, como Bueno já havia apresentando seus pleitos junto ao capitão-general D. Luiz de Mascarenhas, conseguiu garantir para ele mesmo as funções e os cargos de superintendente e guarda-mor das minas de Santa Luzia (op.cit).

No ano de 1757, tão intenso era o trabalho de guarda-mor que o próprio capitão-general, D. Luiz Mascarenhas, decidiu dividir as minas de Santa Luzia em dois distritos, passando a nomear o segundo de Palmital, e designado como guarda-mor o capitão Manoel Ribeiro da Silva. No mesmo ano, o capitão José Pereira Lisboa teve conhecimento de que um caçador, ao abater um veado encontrou palhetas de ouro no bucho do animal, em uma região ao norte de Santa Luzia (op.cit)..

Tanto Ouro foi encontrado que o ribeirão passou a ser denominado Descoberto, e o lugar do arranchamento do Capitão Lisboa recebeu o nome de Montes Claros (hoje conhecido de Santo Antônio do Descoberto) (op.cit).

Até o ano de 1850, Santa Luzia pertenceu à comarca de Vila Boa (atualmente Cidade de Goiás). Em 5 de outubro de 1867 a vila passou a categoria de cidade, através do Decreto Lei Estadual nº 8.305, de 31 de Dezembro de 1943, passando a se denominar Luziânia (op.cit).

Algumas mudanças significativas que contribuíram para o desenvolvimento de Luziânia só começaram acontecer na década de 50, com a mobilização para a construção de Brasília. A partir de então houve um grande fluxo de pessoas para o entorno do Distrito Federal, facilitado, sobretudo pela abertura de grandes eixos de comunicação, como a BR- 040 que passa por Luziânia ligando o Distrito Federal e Minas Gerais (op.cit).

A Segunda metade da década de 1950, marcada pela construção de Brasília, produziu uma forte alteração na vida dos habitantes de todo o Centro-Oeste. As crescentes demandas de matérias-primas, a absorção crescente de trabalhadores, o engrossamento das correntes migratórias, mudaram as relações econômicas e sociais com maior ou menor intensidade em toda a região (op.cit).

No caso de Luziânia, a construção de Brasília produziu alterações específicas e profundas não só em relação à população como também à organização política do território. O aumento rápido e intenso das migrações alterou a composição da população, mudou os hábitos e diluiu a identidade cultural regional. Além disso, houve um aumento brusco da população (op.cit).

A necessidade de alojamento liberou o surgimento de grandes números de loteamentos, muitos deles produzidos pela especulação imobiliária e sem condições mínimas de infra-estrutura, o que ainda hoje é um dos mais graves problemas urbanos do município (Álvares, 1979).

### **2.3. Evolução Territorial**

Como ocorreu em quase todos os núcleos urbanos originados pelo ouro, o crescimento populacional ocorreu muito rapidamente. Santa Luzia, no início de seu povoamento, por volta de 1746, chegou a ter uma população de 10.000 habitantes. Com o declínio da exploração do ouro, no final de século XVIII e início do século XIX a economia regional fica estagnada e sua população cai para quarta parte da existência no auge da mineração (IBGE 1994).

O município atravessou todo o século XVIII e o início do século XIX sem nenhuma manifestação de explosão demográfica, mesmo porque Goiás não era um Estado receptor de população. O crescimento pela migração só acelera depois de 1940, com a Marcha para o Oeste. Entretanto é importante notar que no ano de 1937 o município tinha uma população de 18.200 habitantes, dando-lhe uma posição de destaque no Estado, essa população era maior do que a de Goiânia (op.cit).

Em 1991, Luziânia já contava com 207.674 habitantes, ou seja, em 41 anos a população teve o inimaginável crescimento de 1.056 % e mais uma vez se destaca nos grandes potenciais goianos (op.cit).

A tabela seguinte apresenta a evolução territorial e administrativa, assim como datas importantes do município de Luziânia.

Tabela 2. 1: Evolução Territorial e Administrativa / Datas Importantes

<b>1746</b>	Antônio Bueno de Azevedo descobre as Minas de Santa Luzia e dá início ao arraial
<b>1751</b>	É publicado, em Vila Boa (atualmente cidade de Goiás), o novo sistema do quinto do ouro que reduzia o ouro em barras.
<b>1759</b>	Alvará régio, de 21 de Setembro de 1759, cria o julgado de Santa Luzia
<b>1768</b>	Surge em Santa Luzia a sociedade para canalização da água do ribeirão Saia Velha com a finalidade de explorar as Minas do Cruzeiro.
<b>1770</b>	Conclusão dos serviços da água do ribeirão Saia Velha para as minas dos cruzeiros, em Santa – Luzia, havendo conflitos, por causa dos insultos de quebrar cabaças, dentro do rego.
<b>1800</b>	O rego Saia Velha deixa de trazer água, paralisando a mineração nas lavras do cruzeiro.
<b>1833</b>	Resolução do Conselho de Governador da Província de 1º de Abril de 1833 - Cria o município de Santa Luzia.
<b>1834</b>	Instalação solene do município de Luziânia em 7 de Abril de 1834; 1838- A lei provincial nº. 4, de 22 de agosto de 1838, cria o distrito de Couros (hoje Formosa), incluindo o arraial de Mestres d Armas, como nova divisão administrativa do município de Santa Luzia.
<b>1843</b>	A lei provincial nº. 1, de 1º de Agosto de 1843, cria o município de Formosa da Imperatriz.
<b>1867</b>	A lei provincial nº. 393 concede à vila de Santa Luzia, o título da cidade de Luziânia.
<b>1871</b>	É criada a comarca da imperatriz, com sede na cidade de Santa Luzia, por meio da lei provincial de 29 de julho de 1871, com os termos judiciários de Santa Luzia e Formosa.
<b>1892</b>	A lei estadual nº 22 de 29 de julho de 1892, extinguindo a comarca da Imperatriz.
<b>1901</b>	A lei municipal de 12 de outubro de 1901 cria o distrito de São Sebastião dos Cristais.
<b>1907</b>	A lei estadual nº 306, de 28 de julho de 1907, restabelece a comarca com o

	nome de comarca de Santa Luzia, reinstalada a 4 de fevereiro do ano seguinte.
<b>1916</b>	É criado, pela lei estadual n°. 533, de 18 de julho de 1916, o município de São Sebastião dos Cristais, que passa também à condição de termo da comarca de Santa Luzia.
<b>1933</b>	Na Divisão Administrativa desse ano, o município é formado pelo distrito da sede, sendo Brazilândia.
<b>1938</b>	A divisão administrativa estabelecida pelo decreto-lei de 31 de outubro de 1938 extingue o distrito de Brazilândia e muda o nome de Santa Luzia e São Sebastião dos cristais para Luziânia e Cristalina.

Fonte: Prefeitura Municipal de Luziânia, 2004.

#### **2.4. Plano Diretor de Luziânia**

Antes mesmo de iniciar a construção de Brasília, em 2 de outubro de 1956, Luziânia já tinha aprovado o Plano Diretor para reforma urbanística da cidade, Lei n.º. 174, de 22 de setembro de 1956. Os objetivos principais desta era estabelecer o ordenamento do crescimento municipal quanto aos aspectos físicos, econômicos, sociais, culturais e administrativos, assim como proteger o meio ambiente e o patrimônio cultural (IBGE 1994).

O atual plano diretor (2001) traz alguns programas relacionados com Marketing Cultural, que visa desenvolvimento de projetos culturais envolvendo a comunidade e o patrimônio cultural da cidade. O plano ressalta que o município tem mais de 250 anos e relaciona alguns locais históricos como a Igreja da Matriz, Centro Cultural José Dilermano, Igreja do Rosário, Casarões Centenários (localizados no centro histórico de Luziânia) escavações da época da mineração e um histórico de Canal do Saia Velha patrimônio histórico de Luziânia (Prefeitura Municipal de Luziânia).

Apesar dos objetivos mencionados e do histórico do Canal de Saia Velha, não há qualquer menção de desenvolvimento de programas ou projetos voltados para a

preservação deste canal, tão pouco de medidas relacionadas a ordenação territorial visando a preservação do mesmo (IBGE, 1994).

Esta falta de uma política voltada para a preservação do patrimônio cultural do município é um dos fatores que contribuíram para o desenvolvimento desta dissertação, principalmente pelo fato de que não há qualquer menção de como o Rego do Saia velha será tratado.

### **III. PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE LUZIÂNIA**

Luziânia possui dois monumentos que fazem parte da vida e da história da comunidade, estes bens são tombados pelo Patrimônio Histórico Estadual, sendo a Igreja do Rosário e a Casa da Cultura José Dilermano.

A igreja do Rosário começou a ser construída em 1753 por escravos, e por homens livres (escravos que receberam a carta de alforria) que totalizaram mais ou menos quatrocentos homens na obra. A inauguração oficial da igreja se deu em 21 de outubro de 1753, iniciando assim as festividades em honra à Nossa Senhora e a São Benedito padroeiro dos negros. Em 1770 as imagens de santos vieram da Bahia, nos ombros dos escravos, o único meio de transporte adequado na época (século XVIII) ([www.luziania.com.br](http://www.luziania.com.br), 12:00, 05 de agosto).

O conjunto arquitetônico da igreja tem 18 metros e 24 centímetros de frente, inclusive as torres com 3 metros e cinquenta centímetros cada, comprimento de 36 metros, 12 metros de altura e quarenta e cinco centímetros do chão. Seus paredões são de terra socada resistindo até os tempos atuais <sup>2</sup>([www.luziania.com.br](http://www.luziania.com.br), 12h00min, 05 de agosto).

Uma das características marcantes da igreja do Rosário é que no seu interior encontra-se alguns cadáveres enterrados. A condição para tal era de que a pessoa tinha que ser de família nobre e ter um alto poder aquisitivo (Reis, 1979).

A última reforma foi feita no período de Julho a novembro de 1999 pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional) com a reabertura em dezembro de 1999. A igreja do Rosário foi tombada, em 13 de outubro de 1980 pelo Estado <sup>3</sup>([www.luziania.com.br](http://www.luziania.com.br), 12h00min, 05 de agosto).

Luziânia também se destaca por seus casarões antigos, dentre elas a Casa da Cultura criada em 1992, com o objetivo de guardar objetos usados do passado. O seu acervo é composto por fotografias, cartas, destacando-se uma enviada por Juscelino Kubitschek além de produções de artistas locais ([www.luziania.com.br](http://www.luziania.com.br), 12h00min, 05 de agosto).

<sup>2</sup>[www.luziânia.com.br](http://www.luziânia.com.br), 12:00hs, 05 de agosto

<sup>3</sup>[www.luziania.com.br](http://www.luziania.com.br), 12:00hs, 05 de agosto

o cultural tendo como objetivo resgatar as  
manter a biblioteca e a Sala Memorial  
Gelmires Reis (historiador e escritor local) ([www.luziania.com.br](http://www.luziania.com.br), 12:00, 05 de agosto).

Figura 3.1: Vista parcial da Igreja Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Portal Luziânia



Figura 3.2: Vista parcial da Casa da Cultura de Luziânia



[www.luziania.com.br](http://www.luziania.com.br), 12:00, 05 de agosto

Fonte: Portal Luziânia

No município de Luziânia existem outros monumentos que relacionados com a sua história poderiam ser tombados, como a paróquia de Santa Luzia e Casa do Artesão, além do Rego do Saia Velha.

### **3.1. Histórico do Rego Saia Velha**

Para a exploração das minas de ouro do Cruzeiro, localizada nas adjacências da igreja do Rosário (Área urbana de Luziânia), foi canalizada as águas do Ribeirão Saia Velha percorrendo uma extensão de cerca de “quatro léguas”<sup>2</sup>. Esta obra foi realizada por uma sociedade que foi constituída pelo capitão João Pereira Guimarães, Sr. Manoel da Silva, e pelo Senhor Ventura Pedrosa, todos cidadãos da região com ótima situação financeira, além de possuir um grande numero de escravos “que seriam responsáveis pela construção da grande empreitada preste a ser iniciada” (Reis, 1979 ).

---

A sociedade atacou com força os serviços do rego, que se iniciou em abril de 1768, segundo o (Reis, 1925). De acordo com o historiador Gelmires Reis, o início da construção do rego deu-se em 1770 (op.cit).

O major José Pereira Lisboa declarou em palestra que a água do Saia Velha poderia vir para as minas do Cruzeiro, não em rego ou em Canal, mas em cabaças, e que duvidava do comprometimento do capitão João Pereira Guimarães e de seus sócios. Os sócios de Guimarães intrigantes e revoltados trataram logo de relatar o caso ao capitão, estabelecendo-se um sentimento melindroso que acirrava a rivalidade existente entre Guimarães e o Major Lisboa (op. cit).

Terminada a construção do canal, a água jorrou pela Rua do Rosário abaixo, conduzindo as cabaças. Nesta ocasião os escravos que trabalhavam na obra cantavam uma canção insultuosa cujo refrão anunciava “Água trouxe cabaça, cabaça não trouxe água” (op.cit).

A cartilha purificada pelos doces ensinamentos de Jesus não era seguida pelos senhores de escravos. Quantas lágrimas não se embebedaram nas terras removidas! Quantos suspiros não saíram de peitos oprimidos pedindo a Deus misericórdia. E assim foi construído o monumento do rego, para arrancar estranhas terras o ambicioso Ouro (Reis 1979, p.19).

Outro dado contraditório em relação ao Rego do Saia velha é a sua extensão. Segundo (Reis, 1979) o rego tem 24 km, enquanto o plano diretor municipal indica 42 km com 2 metros de largura por 2,80 metros de profundidade. O rego segue em volteio atravessando a rodovia Cical, e atingindo o buraco atrás da vila S. José contornando o morro próximo a fazenda Maria Abadia, passando até a igreja do Rosário. A escavação deu-se entre os anos de 1768 e 1770 saindo das minas do Cruzeiro e entrando em Santa Luzia. (op. cit).

Não há nenhuma notícia que algum antropólogo, geólogo, engenheiro e arqueólogo tenham feito qualquer tipo de pesquisa neste patrimônio que resista ao tempo. Durante a construção de Brasília, técnicos afirmaram que iriam recuperar os trechos destruídos do rego para trazê-lo de volta, como atração cultural e turística. Infelizmente ficou na promessa (Jornal o Popular, 1997 p.6).

A história do rego do Saia Velha tem sido objeto de estudo para o abastecimento de água da cidade Luziânia. O rego está feito com enormes aterros e cortes, faltando agora que as entidades governamentais juntamente com a população de Luziânia tome providência para preservar o patrimônio Rego do Saia Velha (Reis,1979).

#### **IV. REFERENCIAL TEÓRICO**

Conforme já mencionado na introdução, alguns temas importantes para o desenvolvimento da pesquisa e estruturação da dissertação estão apresentados neste capítulo.

##### **4.1. Cultura**

O conceito de cultura foi desenvolvido pela primeira vez por Tylor em 1871 que tornou amplo o sentido etnográfico incluindo as crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. Tylor buscava apoio nas ciências naturais e na perspectiva de que nada acontece na natureza sem suficiente razão expressando seu entendimento a respeito do desenvolvimento das sociedades. Kroeber demonstrou como a cultura atua sobre o homem, diferenciando o que é orgânico do que é cultura, explicitando que as funções humanas vitais, apesar de ser comum a toda humanidade, possuem as maneiras de satisfazê-las variando de uma cultura para outra (Kroeber, 1952).

O processo do desenvolvimento da civilização é nitidamente um processo de acumulação: o antigo é preservado, apesar da chegada do novo. Na evolução orgânica, a introdução de novos traços só e geralmente possível através da perda, ou modificação de órgãos das faculdades existentes (Kroeber, p.15 1952).

Para Marilena Chauí cultura significa os resultados da formação ou educação dos seres humanos, sendo tais resultados expressos em obras, feitos, ações e instituições (Chauí, 1982).

Já Geertz (1889) defende um conceito de cultura essencialmente semiótico dando crédito a teoria de Max Weber que diz que o homem é um animal amarrado nas teias de significado que ele mesmo teceu, assumindo que a cultura e como sendo essas

teias e sua análise, portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência experimental em busca de leis e significado.

Para viver democraticamente em uma sociedade é preciso respeitar os diferentes grupos culturais que a constituem a sociedade. A sociedade brasileira é formada não só por diferentes etnias, como por imigrantes de diferentes países. Além disso, as migrações colocam em contatos grupos diferenciados. Sabe-se que as regiões brasileiras têm características culturais bastante diversas e a convivência entre grupos diferenciados nos planos sociais e culturais muitas vezes é marcada pelo preconceito e pela discriminação (Ricouer, 2001).

Esta dissertação buscou inserir diversos conceitos de cultura, adotando a proposta de decifrar a realidade do passado por meio de suas representações, tentando chegar a formas discursivas, pelas quais os homens expressam a si próprios e ao mundo.

## **4.2. Patrimônio Cultural Brasileiro**

Falar e pensar em patrimônio no Brasil é sem dúvida, mergulhar em questões contraditórias da nossa história, os grandes equívocos da nossa história vem desde o descobrimento, ninguém sabe ao certo se foi Pedro Álvares Cabral que chegou aqui primeiro. Podemos então dizer que a história busca uma verdade não absoluta, ela como a ciência que tem a preocupação de rever os fatos que foram inseridos na mente da sociedade brasileira, buscando reescrever e valorizar uma nova história (Da Matta,1998).

O Patrimônio Cultural e o produto de uma história montada em conceitos de colônia, assumindo uma forma imposta aos que aqui existiam exemplo: os Índios e os negros, os escravos que sofreram uma grande aculturação (Bomeny,1995).

Ao analisarmos o Patrimônio Cultural não pretendemos dizer se o modo que ele foi construído está certo ou não, apenas estamos lembrando que através da historia este talvez tenha sido modificado pela colonização ou por outros fatores, pois sabemos que o nosso País e culturalmente diversificado (op. cit).

A nova geração tem uma diferente concepção da nossa história, aquela imagem que era passada para a sociedade de que o Índio era preguiçoso, de que o negro seria

sempre escravo está se extinguindo. Hoje as pessoas respeitam estes grupos étnicos, e por incrível que pareça o homem quer aprender mais com esses grupos (Da Matta, 1998).

Pensando nessa miscigenação cultural é que o Patrimônio Cultural Brasileiro pode ser compreendido como política de Estado. Em termos jurídicos, a noção de Patrimônio histórico e artístico nacional é referida pela primeira vez no Brasil, como sendo objeto de proteção obrigatória por parte do poder público, na constituição de 1934. Diz o Art. 10 das disposições preliminares: (Bomeny,1995).

Art.10- Compete concorrentemente à união e aos estados proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico podendo impedir a evasão de obras de arte (Fonseca, 1997, p.32).

Em 1936 o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, fez um pedido para Mario de Andrade para que ele fizesse um projeto para salvaguardar os bens históricos do País. Então surge Rodrigo Melo Franco de Andrade com a tarefa de criar uma secretaria que cuidaria do Serviço do Patrimônio. Com o Decreto Lei 25 de 30 de novembro de 1937, ficaram explícitos os valores que justificavam a proteção de bens móveis e imóveis. O Objetivo desta nova secretaria era resolver a questão de propriedade dos bens históricos “obrigando” o Estado e a sociedade aprenderem a preservá-los (Fonseca, 1997).

No ano de 1937 é criado o SPHAN (Secretaria do Patrimônio Artístico Nacional) a ela cabia identificar e proteger o patrimônio cultural brasileiro. Então Mario de Andrade entra na organização da política pública para a educação cultural (op. cit).

Em 1935, Mário de Andrade se envolve intensamente na organização do Departamento Municipal de Cultura de São Paulo. No ano seguinte, 4 de Julho de 1936, é nomeado chefe do Departamento de Cultura ao lado do prefeito Fabio Prado, que seria exonerado em decorrência do Golpe de 1937.

Suas aventuras no departamento ficaram conhecidas: criaram-se os parques infantis e a Discoteca Municipal, envia ao Nordeste a

primeira de pesquisa folclórica, contratando Lévi-Strauss para ministrar cursos de etnologia em São Paulo. E finalmente no final de 1937 a pedido do Ministro Capanema projeta-se a criação do SPHAN hoje chamado de IPHAN (Fonseca, 1997).

O Brasil então passa por uma grande mudança na área cultural, empregando nesse órgão os mais significativos intelectuais que tentavam administrar o Estado convivendo com as contradições da nossa História (Velho, 1987).

Com o estabelecimento do Estado Novo, os órgãos de controle do Governo iam delegando poderes a esses intelectuais. Quem iria cuidar do departamento do Patrimônio Cultural, era Rodrigo Melo Franco de Andrade que começou a colocar em prática os seus projetos, contando com a colaboração de Mario de Andrade, Manuel Bandeira, Lúcio Costa e Carlos Drummond de Andrade (op. cit).

Era o início de um trabalho e uma concentração de esforços no sentido de proteção dos bens patrimoniais do país. O patrimônio cultural ganha uma legislação específica e técnicos preparados para realização de tombamento, restaurações, revitalizações e o acervo etnográfico (IPHAN, 2000).

O Patrimônio Cultural brasileiro sempre foi conduzido por intelectuais de perfil tradicional (historiadores, artistas, arquiteto, escritores etc). Desde a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Nacional (SPHAN) instaurou uma política cultural cuja continuidade e prestígio permaneceu durante trinta anos seguintes (Fonseca, 1997).

Já nos anos setenta, sobretudo, na transição da crise da ditadura, essa política foi criticada e seu caráter nacional questionado e contestado por se tratar apenas das produções das elites. Esse momento marca então uma troca do perfil, entrando especialista em ciência, físico matemático, administradores e pessoas ligadas ao mundo das indústrias. O Patrimônio Cultural passa ser visto no final dos anos setenta e início de oitenta como vínculo entre a temática e preservação, nesse momento o objetivo e ampliar a política federal de patrimônio no sentido de democratizá-la (op. cit).

Historicamente podemos afirmar que o momento da implantação do SPHAN era caracterizado como histórico e Artístico e Nacional dando uma maior ênfase aos bens materiais, sem uma dimensão ampla que reconhece tanto os seus elementos históricos, quanto o seu aspecto ecológico. Estes elementos juntos constituem um patrimônio de bens culturais (Souza, 2000).

O Patrimônio brasileiro não se resume aos objetos histórico e artístico, aos monumentos representativos da memória nacional ou os centros históricos já consagrados e protegidos pelas instituições e agentes governamentais. Existem outras formas de expressão cultural que consiste o patrimônio vivo da sociedade brasileira: artesanato, maneiras de pescar, caçar plantar, cultivar e colher, utilizar plantas como alimentos, a culinária, as danças e musicas os modos de vestir e falar, os rituais e festas religiosas e populares, as relações sociais e familiares, revelam os múltiplos aspectos que pode assumir a cultura viva e presente na comunidade. (Monteiro, 1997, p.7)

### **4.3. Patrimônio Cultural Proteção Legal e Constitucional**

Desde o ordenamento jurídico preocupa-se com a preservação dos bens culturais. A Constituição Federal de 1934, a par de consagrar o sagrado direito de propriedade, não discursava de conferir à União dos Estados, de forma coerente, o papel de proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico e artístico ‘art.10, inc III’ (Cunha, 2004).

Em decorrência direta do texto constitucional, em 13 de janeiro de 1937 foi criado o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico estruturado na lei com o advento n°378, de 13 de janeiro de 1937 dizia que:

Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou locais particulares dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional. (art.134) (Tinoco *et.al.*, 2004 p. 121).

As primeiras idéias a respeito da preservação do patrimônio cultural ocorreram em 1964, no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos. Neste evento esses profissionais chegaram a conclusão que os monumentos históricos compreende a criação arquitetônica isolada, bem como sítio urbano ou rural, que da o testemunho de uma civilização particular, e uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico (Cunha, 2004).

Em 1985, a Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais ocorridas no México entendeu-se que o Patrimônio Cultural de um povo compreende as obras de

seus artistas, arquitetos, músicos, escritores. As obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos (op. cit).

Os Arts .215 e 216 da Constituição brasileira de 1988 trazem a proteção do meio ambiente cultural ao estabelecer que:

Art. 215, O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais

O Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências á identidade, á ação, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais incluem:

I-as formas de expressão

II-os modos de criar, fazer e viver;

III-as criações científicas, artísticas e tecnológicas.

IV-as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados ás manifestações artísticos culturais.

V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artísticos, arqueológicos, paleológicos, ecológico e científico (IPHAN, 2000)

#### **4.4. Patrimônio Cultural: Edificado e Histórico, Natural e Imaterial**

A idéia de patrimônio histórico, no Brasil, esteve, por muito tempo ligado a tudo que se relaciona aos três primeiros séculos relacionados a ocupação portuguesa. O governo de Getúlio Vargas criou um órgão Federal específico para a proteção dos bens culturais e uma legislação de defesa do patrimônio histórico. Ao longo do período colonial as manifestações populares como o artesanato, os ritos as festas passaram a ser elementos merecedores de toda atenção (Coelho *et,al.*, 2001).

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da historia do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico 6([www.iphan.go.br](http://www.iphan.go.br).15 de janeiro de 2005).



O conceito de patrimônio cultural alcança a diversidade cultural, esclarecendo que o patrimônio edificado faz parte de várias outras construções culturais e históricas. O patrimônio não é somente o feito, mas é como foi feito, como foi usado, e, sobretudo por que foi destruído ao contrário de ser preservado (Cunha, 2004).

---

6 [www.iphan.go.br](http://www.iphan.go.br), 15 de janeiro de 2005 cultural estão presentes as esferas da natureza, ou seja, o meio onde o homem habita e transforma para sobreviver e realizar suas necessidades materiais e simbólicas, o conhecimento, as habilidades, o saber humano, necessário para a construção da existência e amplitude propriamente ditas que são produtos resultantes da ação do homem na natureza (Tinoco, 2004).

Na década de 1980, o economista Celso Furtado, ex-ministro da Cultura, costumava dizer que “quem faz a cultura é a sociedade.” Dizia ainda que o governo devesse facilitar o acesso da sociedade aos bens culturais (op. cit).

A cultura refere-se exclusivamente a atos humanos, vinculados às expressões de criação, em tempo e lugar definidos, no presente ou no passado, por tanto a cultura se diferencia da dinâmica da natureza e do próprio meio ambiente onde ela se manifesta (Silva, 2003).

A sociedade tem nos bens culturais a ligação com o seu passado, constituindo um instrumento para a memória coletiva. Então o que se pode dizer é que o Patrimônio é constituído de bens materiais e não materiais, afim de que tudo que se refere a identidade e memória possa fazer parte de uma sociedade moderna (Ataídes *et,al.* 1997).

O conceito antropológico de cultura, entretanto, estende essa noção a todos os seres humanos, postulando que todos os homens são portadores de capacidade, sendo, portanto, capazes de desenvolver atividades complexas, como é o caso da linguagem. Partindo da oposição homem natureza, é possível demonstrar que os comportamentos humanos são artificialmente produzidos e que a muito pouco de transmissão genética orientando esses comportamentos, que são apreendidos socialmente, a partir das vivências grupais (Tinoco, 2004).

A partir desse conceito antropológico de cultura é possível dizer que os comportamentos humanos são informados por necessidade matérias, utilitárias e simbólicas (op.cit).

#### **4.5. O que preservar**

Desde o homem pré-histórico já havia o hábito de se pintar figuras em paredes (cavernas). Isso representava o entendimento dos homens, com o passar do tempo o homem passa por uma série de mudanças culturais, por exemplo, no Egito era fundamental para existência do homem a preservação do corpo (técnica científica) de seus líderes que eram tidos como deuses. (Coelho *et, al.*, 2001).

Temos então toda a história da humanidade desenvolvendo-se a partir da evolução do conhecimento, ou seja, da evolução técnica e científica dos conhecimentos acumulados e, de certa forma, preservado. A preservação do Patrimônio edificado é a base para o desenvolvimento de importantes culturas, assim como para a evolução cultural do próprio povo que a desenvolveu (op. cit).

No Brasil, a mais antiga manifestação, demonstra a preocupação com a defesa do nosso patrimônio cultural (Coelho *et, al.*, 2001).

Com relação aos meios de proteção, a principal forma de preservação de um determinado bem cultural é o tombamento, ou seja, a inscrição desse bem em um dos quatro livros de tombos que são: Livro de Tombos Arqueológico, Etnográfico e Histórico (Londres,2000).

Para o IPHAN preservar significa, guardar, defender é salvar determinados objetos da degradação ou do desaparecimento. Por tanto a preocupação com a defesa de um monumento ou edifício tem em si um interesse: a salvaguarda do referido monumento ou edifício como marco de um importante momento de nossa história para as gerações futuras e mesmos para a atual como fonte de estudo e pesquisa (IPHAN, 1995, p.119).

Nessa perspectiva as representações que configuram a identidade da região para seus habitantes e o que remetem as paisagens, as edificações os objetos as crenças e entre outros (op. cit).

Para se preservar e preciso conhecer, mas infelizmente não é o suficiente para uma intervenção, conclui-se, portanto que o Estado e a Sociedade têm participação fundamental no processo de seleção do que deve ou não ser preservado (Londres, 2000).

Temos um grande exemplo disso na cidade de Luziânia, pois só os casarões e a igreja Nossa Senhora do Rosário e que são preservado deixando de lado o rego do Saia Velha.

#### 4.6. Paisagem

Yázigi (2002) ao abordar a importância da paisagem, apresenta uma retrospectiva sintética sobre o tema, iniciando com Aristóteles, enfatizando as contribuições que artistas, arquitetos e geógrafos forneceram para esta questão. O autor ressalta o fato de que na atualidade outras “ciências vêm contribuindo para um entendimento mais completo da paisagem”, como a sociologia, demografia, antropologia, economia, filosofia, direito. Quanto a filosofia, sua contribuição nesta questão não deve ser vista apenas como na atualidade, uma vez o próprio autor utiliza-se de Aristóteles.

Pires (2002) apresenta uma série de definições para paisagem segundo a dimensão estética ou visual e dimensão cultural, além de estabelecer algumas considerações sobre qualidade e fragilidade visual da paisagem e detração da qualidade visual da paisagem. No que se refere a dimensão cultural, merece destaque as definições de paisagem cultural de Andersen (1991 *apud* Pires *op. cit.*) “a paisagem além do suporte biofísico é também o registro acumulado da história e da cultura das gerações precedentes” e de Sauer (1925 *apud* Pires, *op. cit.*) “A paisagem cultural é modelada a partir da paisagem natural por um determinado grupo cultural. A cultura é o agente transformador, a área natural é o meio em transformação e a paisagem cultural o resultado deste processo”

Na obra de Cruz (2002), voltada para o setor do turístico, ao tratar do conceito de paisagem merece atenção a classificação da paisagem de Dollfus (1991). Para o autor existem paisagem natural (aquela que não foi objeto de ação antrópica, pelo menos em tempos recentes), paisagem modificada (objeto de ação antrópica) e paisagem organizada (resultante da ação antrópica intencional e sistematizada).

Menezes (2002) em seu trabalho sobre a paisagem como fato cultural, ao tratar das marcas da história, afirma que pode-se identificar marcas materiais com as quais é possível estabelecer os processos de formação e ocupação da paisagem através do tempo. O autor menciona a arqueologia da paisagem como uma das várias disciplinas capazes de identificar estas marcas. Dentre os vários exemplo destas marcas mencionados pelo autor destacam-se os trabalhos hidráulicos presentes na paisagem na

região de Schokland na Inglaterra, a Calçada de Lorena em São Paulo, que no século XVIII ligava o litoral ao planalto e os canais de irrigação presentes no vale do rio Pó.

Menezes (2002) aborda com clareza a relação da paisagem como monumento, assim tratada até a década de 1960, bem cultural e patrimônio cultural. O autor ressalta ainda a importância da introdução do termo paisagem cultural (resultante da ação do homem sobre a natureza), ocorrido no Encontro Técnico do Comitê do Patrimônio Mundial realizado em Le Petit (França) em 1972 e apresenta os três critérios adotados pela UNESCO para analisar a paisagem cultural.

1 – Paisagens projetadas e criadas pelo homem (*designed cultural landscape*). Incluem-se aí os parques e jardins. Dependem de um projeto para colocar em evidência as qualidades naturais;

2 – Paisagens evoluídas organicamente (*organically evolved cultural landscapes*). Refletem os processos de evolução em sua forma e componentes. Podem ser paisagens que permanecem vivas (sistemas agrícolas em operação) ou que testemunham sistemas pretéritos (paisagens industriais obsoletas). A manutenção de modos de vida tradicionais e de um papel social ativo na sociedade contemporânea têm sido considerados fatores importantes de credenciamento;

3 – Paisagens associáveis (*associative cultural landscapes*). As qualidades naturais podem ou não estar presentes e as escalas podem variar, mas a referência principal é a vinculação com eventos, personagens ou idéias de significação histórica, literária, artística, filosófica, religiosa, científica (Menezes, 2002, p. 51-52).

A localização, os dados e os mapas são recursos que a Geografia utiliza recursos esses que geram a habilidade de “olhar geograficamente”, isto é, a capacidade de observar e interpretar os distintos processos naturais e sociais, tanto diretamente na realidade, como por meio de mapas, fotos aéreas, imagens de satélites e outras representações do mundo real (Azevedo, 2001).

Olhar e pensar sobre o que está presente em cada rua na cidade, em cada campo plantado, em cada montanha ou floresta podem ajudar a compreender como natureza e a sociedade se combina para moldar as diferentes formas que existem na superfície da Terra (Azevedo, 2001).

A noção de paisagem, para a Geografia, não deve ser confundida com a do paisagismo, que está ligada a uma concepção de estética na distribuição de objetos em um jardim ou um parque. Para a ciência geográfica, a paisagem deve ser entendida como indicadora de conteúdo vivo e de processos dinâmicos, isto é, em constante transformação (Azevedo, 2001 p. 59).

A interpretação da paisagem para a Geografia é a busca da explicação científica de como as formas que observamos são o resultado visível da combinação de processos físicos, biológicos e humanos (op.cit).

Percebida por intermédio de uma visão científica, a paisagem ganha uma abordagem com características próprias de um método de pesquisa. Assim, o estudo da paisagem se constitui em um dos mais antigos métodos de estudo, por exemplo: à Geografia e Biologia. Por isso, também é responsável pela modelagem do relevo. Assim, os diferentes processos físicos e biológicos interagem mutuamente na formação do que se chama substrato natural da paisagem (op.cit).

Por causa das atividades humanas, a paisagem natural vai sofrendo múltiplas modificações no decorrer do tempo, transformando-se numa paisagem humanizada, pela incorporação de elementos culturais (Azevedo, 2001).

De acordo com a atividade da população em um determinado lugar, a paisagem sofre diferentes características, segundo os graus de transformação dos elementos naturais, e conforme a intensidade e a orientação da atividade humana. Desse modo, podemos diferenciar paisagens agrícolas, minerais, industriais e urbanas (Pimenta, 1996).

O maior impacto das atividades humanas está presente na paisagem urbana, que é o produto de atividades ligadas à indústria, ao comércio e aos diferentes tipos de serviço. Isso mostra que a paisagem não é dada para todo o sempre, mas que é objeto de mudança permanente. É nas cidades que melhor podemos observar a paisagem, dada a velocidade das transformações que ocorrem no espaço urbano (op.cit).

Graças às fotografias aéreas e às imagens de satélite, houve uma fusão entre o mapa e a imagem tomada no mundo real, ampliando os limites do olho humano por meio do sensoriamento remoto, isto é, podemos dispor de sensores - como os nossos olhos - controlados remotamente e colocados a milhares de quilômetros da superfície da Terra, observando constantemente o que se passa no planeta (op.cit).

Conhecer o mundo atual em sua diversidade, favorecendo a compreensão, de como as paisagens, os lugares e os territórios se constrói; Identificar e avaliar ações dos homens na sociedade e suas conseqüências em diferentes espaços e tempos, de modo que construam referenciais que possibilitem uma participação prepositiva e reativa nas questões sócias ambientais locais (Pimenta, 1996 p.51).

Conhecer o funcionamento da natureza em suas múltiplas relações, de modo que compreendam o papel das sociedades na construção do território, da paisagem e do lugar. A paisagem na geografia desde as abordagens organicistas, positivistas do século XIX, até as abordagens funcionalistas e culturais a partir dos anos sessenta, vem mostrando como esse conceito evoluiu através das diversas abordagens geográficas e qual idéia sobre a paisagem permeia nos dias de hoje (op.cit).

Demonstra-se que as concepções modernas de paisagem têm incorporado novas abordagens, tentando conciliar interesses sociais e ecológicos numa visão do desenvolvimento sustentável, modificando assim antigas visões utilitárias e descritivas do conceito de paisagem (op.cit).

De acordo com a abordagem acima, pode-se sintetizar que a paisagem humanizada do município de Luziânia, contendo vestígios que remontam a pré-história (comunicação oral da arqueóloga Rosicler Teodoro da Silva), em sua constante modificação/alteração está comprometendo/impactando o patrimônio cultural. Considerando o caso do Rego do Saia Velha, a ocupação do solo está destruindo este patrimônio, apesar da legislação vigente.

Neste caso, podemos representar a realidade do município de Luziânia pelo diagrama abaixo (1,2,3) além de uma projeção futura (4)

1 - Paisagem natural ——— 2 - Paisagem antropizada I ——— 3 - Paisagem antropizada II em constante transformação, mas ainda contendo vestígios culturais dos diferentes períodos, de ocupação podendo apresentar alguns elementos total ou parcialmente destruídos, modificados ou alterados. 4 - Paisagem antropizada III sem qualquer vestígio cultural preservado de momentos de ocupação anterior.

## V. METODOLOGIA

Os materiais e métodos utilizados na dissertação estão apresentados de forma sintética, alguns, com comentários sobre os resultados obtidos.

### Materiais

- Carta topográfica/ Luziânia, folha (IBGE, 1994) SE 23-V-A-I (MI.2259) escala 1:100.000
- Planta da cidade de Luziânia ( sem autor e sem data)
- Fotografia aérea (Aerosul) escala 1:60.000
- Máquina fotográfica
- GPS

### Métodos

#### 1 – Etapa de Gabinete

- pesquisa bibliográfica
- preparação das etapas de campo
- fotointerpretação
- descrição das fotografias obtidas em campo
- elaboração da dissertação

A fotografia aérea na escala 1:60:000, obtida junto ao IGBE de Goiânia não permitiu a identificação do Rego do Saia Velha, em consequência da escala, uma vez que a data é ideal para este propósito. As imagens de satélite obtidas também não se prestaram para tal finalidade, também em consequência da escala.

#### 2 – Etapa de Campo

- Etapas de campo: 30/01/2004, 3 e 4 /11/2004
- identificação das áreas onde o canal apresenta-se exposto
- percorrimto de alguns segmentos do canal

- registro fotográfico
- obtenção de coordenadas UTM dos pontos visitados
- entrevista com alguns moradores
- plotagem na mapa topográfico das onde o canal está exposto
- visita técnica a Secretaria de Meio Ambiente do Município de Luziânia
- visita técnica a Casa de Cultura do Município de Luziânia
- visita técnica a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Luziânia
- visita técnica a Academia de Letras de Luziânia

Neste item a maior dificuldade foi a identificação dos segmentos já destruídos do rego do Saia Velha, uma vez que as informações obtidas apresentaram-se imprecisas e conflitantes.



## VI. RESULTADOS OBTIDOS

Inicialmente deve-se ressaltar que nesta dissertação é apresentado parte do traçado provável do rego do Saia Velha, (Figura 6.1) em razão das dificuldades encontradas em campo, bem como o difícil acesso e a falta de visibilidade do rego .

A pesquisa realizada demonstra que o “Rego do Saia Velha” ou “aqueduto” “Canal” ou “dique” construído pelos escravos apresenta-se totalmente destruído em alguns segmentos e preservados a parcialmente preservado em outros. Exemplos destas situações estão apresentados na Figura 6.2 a 6.16.

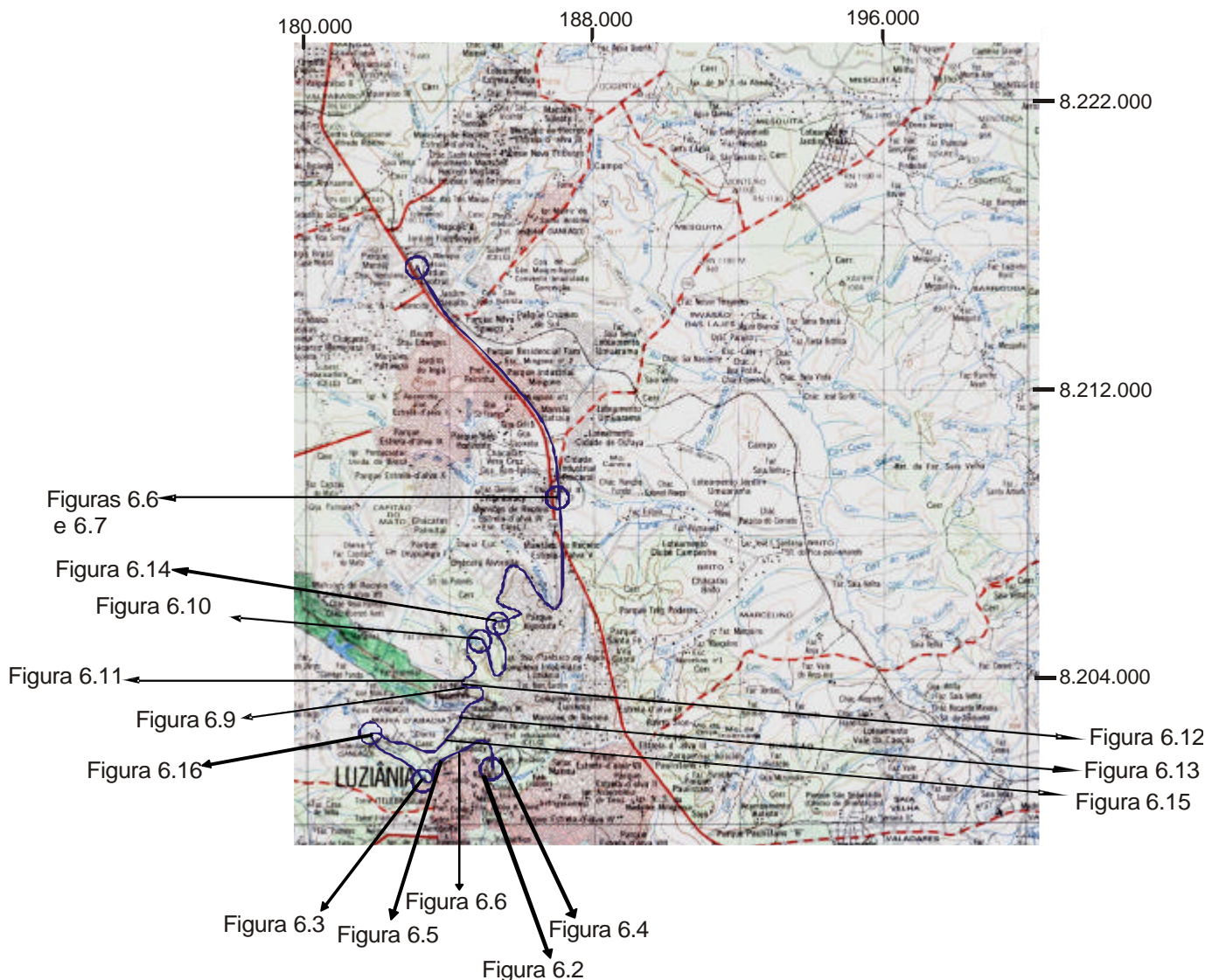


Figura 6.1: Mapa topográfico com o traçado aproximado do rego do Saia Velha, com indicação dos locais ilustrados pelas Figuras de 6.2 a 6.16. Escala aproximada 175.000.

O segmento destruído encontra-se na área urbana de Luziânia, próximo a BR – 040 área industrial, consequência da ocupação desordenada do solo, resultado de planos diretores deficientes ou não aplicados. A expansão urbana e industrial de Luziânia incidiu diretamente no rego, destruindo ou encobrindo-o (Figuras 6.2 a 6.8).



Figura 6.2: Ocupação urbana da antiga área de garimpo, próxima à Igreja do Rosário

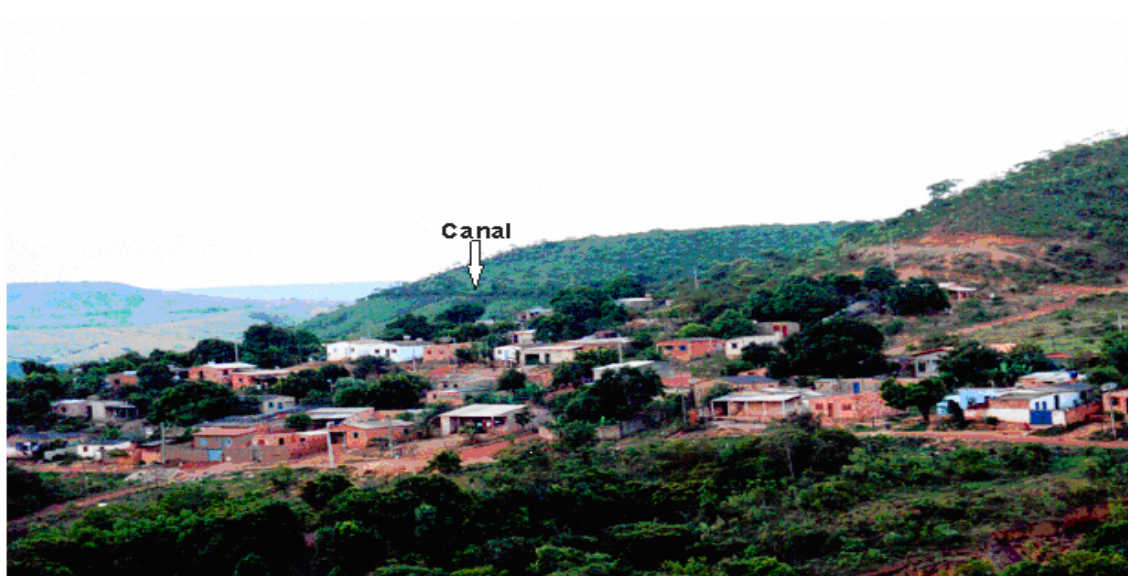


Figura 6.3: Ocupação urbana incidindo sobre um antigo traçado do rego. Ao fundo parte do rego ainda preservado.



Figura 6.4: Ocupação urbana e atividades de extração de argila na área do antigo garimpo, próximo à Igreja do Rosário.



Figura 6.5: Área urbana de Luziânia. Ao fundo parte da vertente por onde passava o rego, destruído pela ocupação do solo.



Figura 6.6: Neste local, junto a BR 040 havia um morro por onde passava o rego do Saia Velha.



Figura 6.7: Mesmo local indicado na figura anterior. Vista mostrando a área paralela a BR 040



Figura 6.8: Vista parcial de uma das vertentes que delimita a área urbana de Luziânia por onde passa o Rego do Saia Velha.

O segmento parcialmente preservado é definido aqui como aquele ameaçado pela expansão urbana e/ou agrícola e/ou industrial. Esta realidade indica a necessidade da adoção de medidas voltadas para a proteção e gestão deste patrimônio cultural, uma vez que a velocidade de ocupação do meio físico pelas atividades acima mencionadas é acentuado (Figuras 6.9 a 6.12).

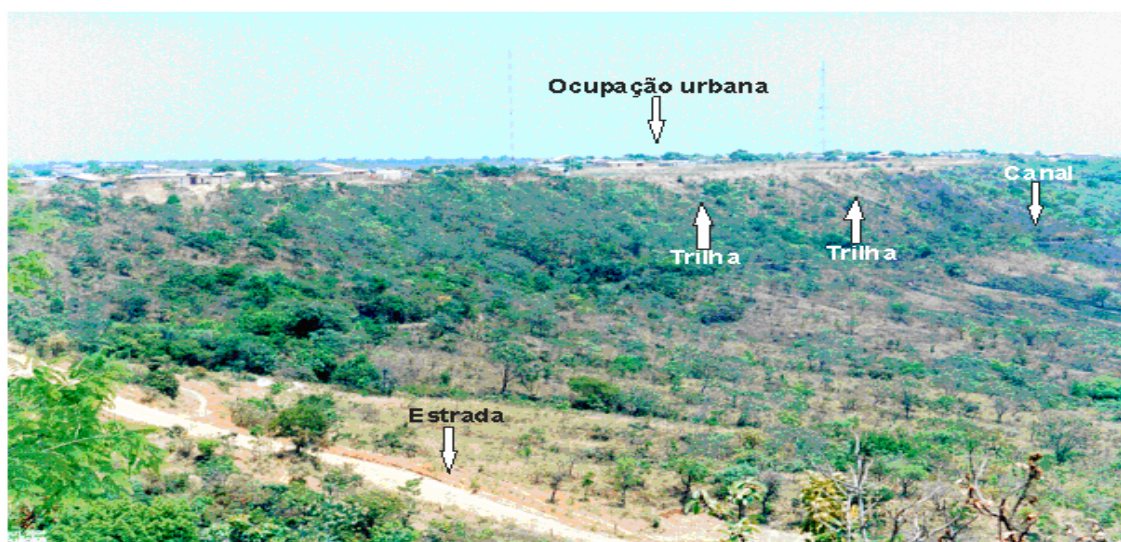


Figura 6.9: Vista parcial do rego ameaçado pela ocupação urbana, trilhas e abertura de estradas.



Figura 6.10: Outro segmento da vertente que contém o Rego do Saia velha, e a incidência da estrada sobre o rego

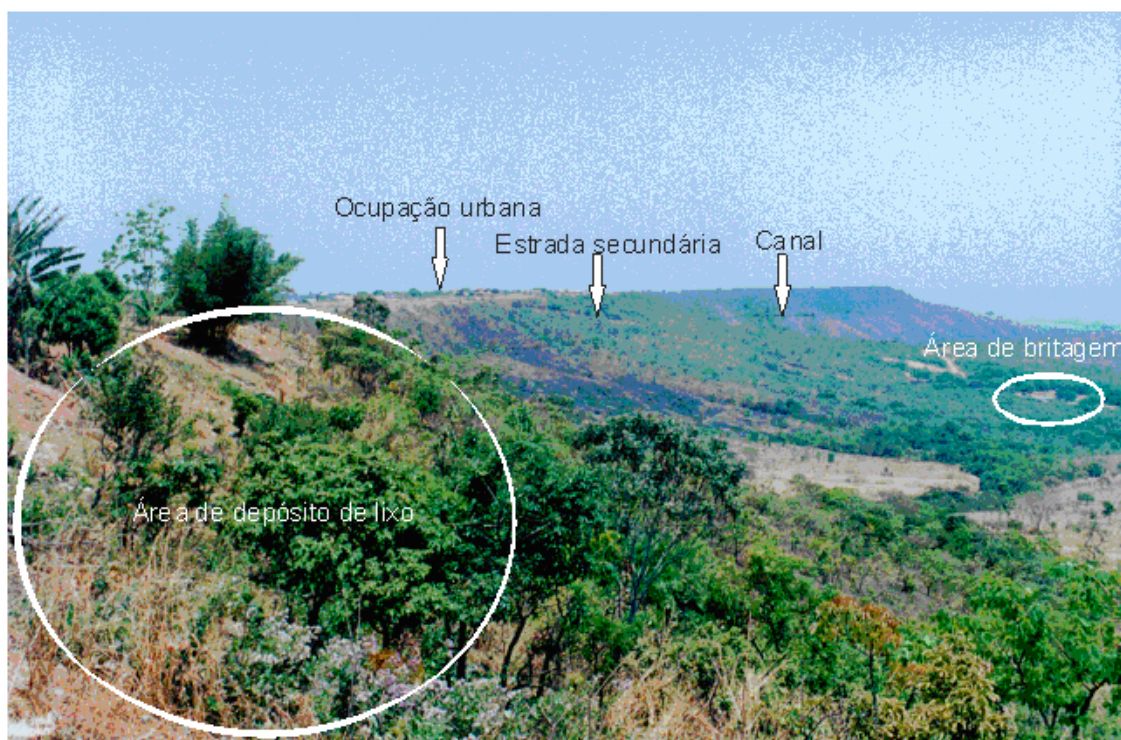


Figura 6.11: Foto evidenciando o depósito tecnógeno (lixão) construído próximo ao rego



Figura 6.12: Parte do rego destruído pela abertura de estrada secundária

Os segmentos preservados encontram-se em áreas onde a declividade das vertentes é alta (média de 30%), e em muitos casos com vegetação nativa. A alta declividade é uma aliada à preservação do rego, uma vez que impede a ocupação urbana e agrícola. Mesmo assim, estes segmentos futuramente poderão ser objetos de mineração (britagem), tal como ocorre nas áreas de menor declividade (Figuras 6.13 a 6.16).

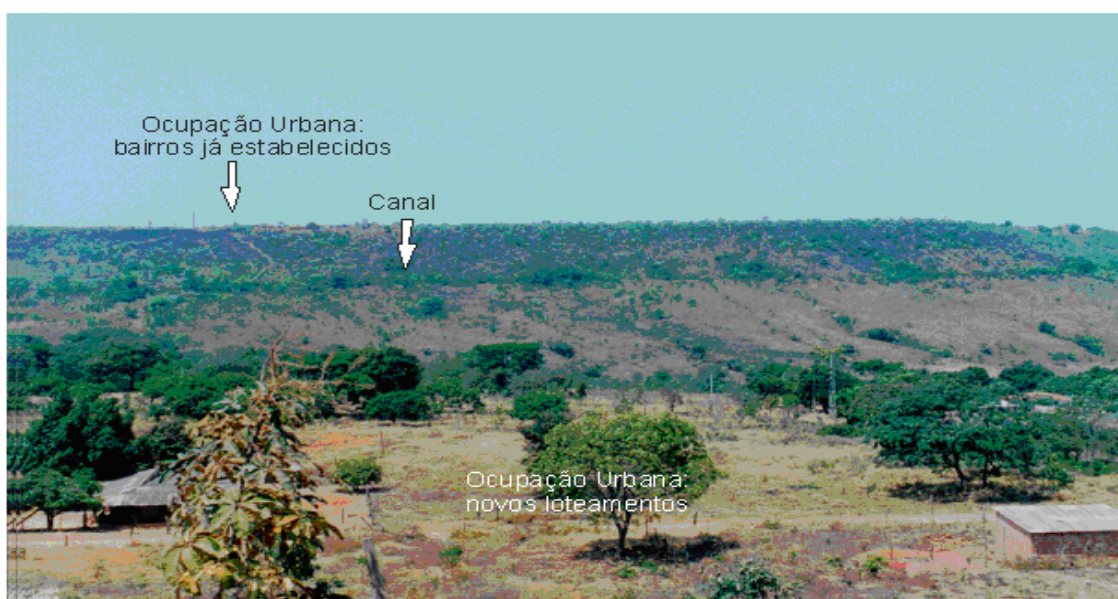


Figura 6.13: Segmento do rego ameaçado pela ocupação urbana

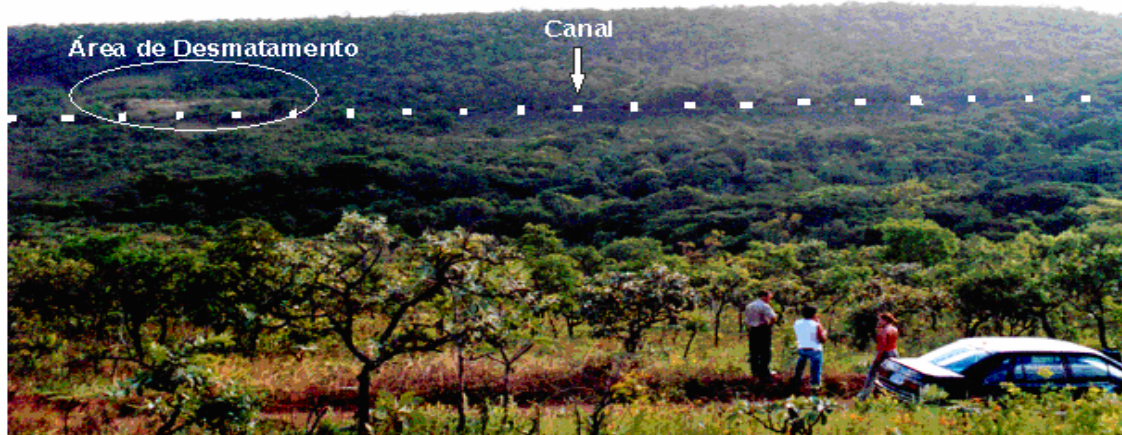


Figura 6.14: Área onde o rego encontra-se bem preservado, protegido pela alta declividade e vegetação nativa. Notar áreas de desmatamento junto ao mesmo.

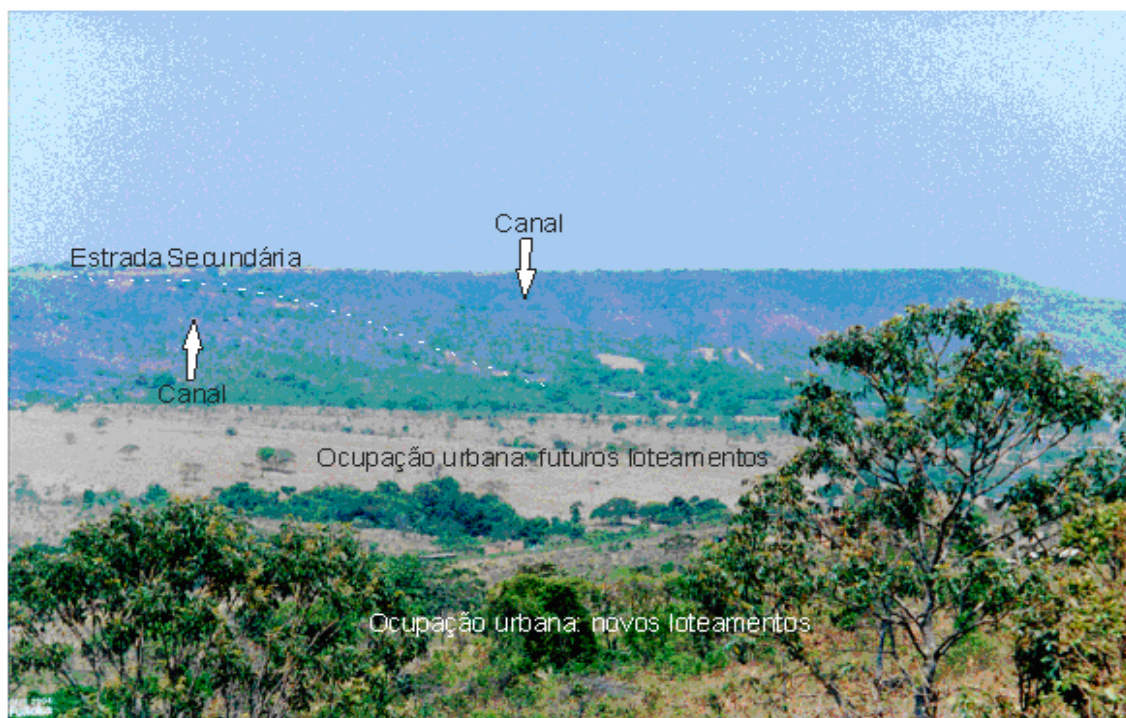


Figura 6.15: Expansão da ocupação urbana e abertura de estradas ameaçando o segmento preservado do rego.





Figura 6.16: Exemplo de segmento onde o rego está bem preservado, apesar da abertura de trilhas, desmatamento e utilização do mesmo como pista de motocross.



Figura 6.17: Traçado do Rego do Saia Velha.



Figura 6.18: Traçado do Rego bem preservado

### **6.1 Técnicas de Mineração**

A revista de arqueologia ressalta que a mineração teve seu início no século XVII (1693) no processo de colonização vivido no Brasil, a arqueologia tem a função de estudar os vestígios deixados pela atividade mineradora daquela época resgatando as potencialidades históricas de uma colônia totalmente mercantilista.

Portugal tem um papel de incentivador para a procura de metais no Brasil causando um povoamento que irá descobrir as ricas jazidas de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, nessas regiões se concentravam o maior povoamento das colônias que passavam a ter um intenso processo de urbanização.

A desenfreada urbanização trouxe a criação de vilas, desagradando as autoridades coloniais que estabeleceram critérios para a exploração aurífera, chegando a adotar medidas restritivas à vinda para o Brasil. Não podemos desassociar a atividade da agricultura e a criação de gado que teve grande importância para o desenvolvimento da economia.

As técnicas mais utilizadas na mineração era identificar o local, abrindo castas e cavando-as, deslocando blocos de pedras e utilizando as “bateias” que tinha a finalidade de lavar os sedimentos, utilizava-se também os “almocrafes” para retirar os sedimentos localizados entre os blocos de pedras, e outros elementos como: canoa, colheres de ferro, sacos de couro.

Estes materiais era utilizado no processo de mineração, podemos dizer que o trabalho de um minerador era dividido em três etapas sendo: a extração de ouro de rios e pedras, a segunda que era realizada na vizinhança (os tabuleiros) e por ultimo a realização nas encostas vizinhas essas três modalidades eram usadas em todo período da mineração.

Os aperfeiçoamentos das técnicas utilizadas demoraram a se aperfeiçoar, os pilões que tinham a finalidade de triturar as pedras para a retirada de ouro só surgiu por volta de 1725. Essa atividade permitiu que a pratica do minerador fosse de razoavel acesso por outro lado os equipamentos e as obras desenvolvidas eram de grandes investimentos.

Os vestígios arqueológicos da mineração retratam sítios nas localidades de: Serra da Mesa, Cidade de Goiás, Pirenópolis etc, não esquecendo de citar os conjuntos que formavam as unidades mineradoras como: os canais, de açudes, os desvios entre outros que resistiram ao tempo servido como vestígio arqueológico.

Os canais localizados enquanto vestígios arqueológicos tinham funções como: abastecimento de transporte de água ou como transporte de atividade mineral, O canal quando era utilizado como transporte de água chegava a vários quilômetros por exemplo: o Rego do Saia Velha. Um outro aspecto abordado nesta dissertação e a declividade dos morros por onde a água tinha que percorrer para chegar a cidade de Luziânia (chamada na época de Santa Luzia)

---

7 bateias: espécie de gamelas de madeira

8 Almocafres: espécie de enxada

Peloggia (1998) ressalta que nas áreas urbanas a ação antrópica resulta na organização de uma nova paisagem, de envergadura comparável com mudanças climáticas ou tectônicas. Neste contexto, o patrimônio cultural é um dos elementos da paisagem afetados, em alguns casos, de forma irreversível. A paisagem não é estática, é ativa e contém registros de uma dinâmica cultural (Oliveira, 2002).

Coelho (2000) faz uma reflexão a respeito dos processos de impacto ambiental em áreas urbanas, enfatizando a necessidade de se construir um objeto a ser estudado, assim como a relação processos ecológicos e sociais ligados à degradação do meio ambiente no espaço urbano. Segundo o autor, os fatores sociais e históricos constroem o meio ambiente, uma vez que a sociedade utiliza um espaço dinâmico (Coelho, 2001).

Souza (2000) abordando as áreas metropolitanas brasileiras afirma que a questão urbana e rural é reflexo das relações sociais que ocorrem em um determinado espaço. Sabe-se que a paisagem urbana e rural está em constante modificação em consequência das atividades antrópicas, independentemente da intensidade e que o patrimônio cultural deve ser preservado. Neste contexto, Godoy estabelece que:

Uma das preocupações de um gestor de patrimônio cultural é simples: a preservação dos dados. Considera-se que preservar é evitar a perda, mas se pode congelar uma cidade. Por conseguinte, são necessárias tomadas de decisões muitas vezes penosas. Nem todos os remanescentes são dignos de ser preservados nem mesmo apresentam interesse na sua preservação. Talvez este seja um dos maiores dilemas da gestão patrimonial. (Godoy, 2004 p. 74)

O instrumento básico a ser utilizado na preservação do patrimônio cultural é o plano diretor municipal. Rocha Filho (1999) comenta que o plano diretor do município de Amparo, estado de São Paulo, marcado pela arquitetura relativa à difusão da lavoura do café e da expansão ferroviária, elaborado por ele e aprovado em 1966. Que estava previsto inicialmente para vinte e cinco anos subdividiu a área urbana e rural em setores. A relação deste plano diretor com o patrimônio cultural é alvo de uma observação do autor.

...em 1965, em plena euforia desenvolvimentista de todo o país, não era permitido falar em preservação do patrimônio histórico e artístico, a não ser para umas poucas cidades estagnadas e notoriamente históricas. A preservação do patrimônio histórico representado pelas edificações antigas era sempre vista pela maioria da população, como ainda hoje, como obstáculo sério ao progresso. Por isso, não foi mencionado nos relatórios publicados, embora constituísse para o planejador meta desejável e fizesse, mesmo, parte de um plano estratégico de longo alcance (Rocha Filho, 1999, p. 235).

Nesta obra, Rocha Filho (1999) comenta ainda que em 1976, quando estava fazendo a revisão do plano diretor já era possível falar em patrimônio cultural, principalmente em relação ao conjunto arquitetônico da área central de Amparo, criando então a Centro Histórico. Em 1987, o Condephaat tombou as edificações do Núcleo Histórico Urbano de Amparo. O exemplo de Amparo deixa claro que o plano diretor e suas revisões são fundamentais para a preservação do patrimônio cultural.

O Plano diretor municipal é o controlador da ocupação do solo nas áreas urbanizadas e de expansão. A inclusão do patrimônio cultural neste plano é o ponto de partida da gestão cultural. Neste caso, o documento deve ter como base o contexto cultural em que área está inserida e pesquisas de campo visando a caracterização cultural das áreas. Dickens Jr. e Crimmins (1982) abordam o impacto sobre o patrimônio cultural em áreas urbanas.

A inclusão do patrimônio cultural no plano diretor foi proposto inicialmente, no Brasil, por Cazzeta (1991), com base nos procedimentos adotados em países europeus, principalmente França e Inglaterra. Caldarelli (1993) propôs o zoneamento como forma de gestão do patrimônio cultural.

Sampaio (1977) apresenta uma síntese das principais cartas internacionais de proteção ao patrimônio cultural (Cartas de Atenas, Veneza, Paris, Japão e Brasília) e relaciona-as com a legislação brasileira. Uma coletânea de cartas patrimoniais pode ser obtida em Cury (2000). Nas últimas décadas, o patrimônio cultural brasileira vem sendo objeto de propostas de gestão, destacando-se Juliani (1997) no âmbito da cidade de São Paulo, Tochetto (1999) para Porto Alegre.

O canal ou rego do Saia do Velha apresenta, segundo a ótica desta dissertação, significância histórica, científica, étnica e pública, conforme abordagem de Juliani

(1996). Coelho (2001) ressalta que a Cidade de Goiás, assim como Ouro Preto e Diamantina representam a capacidade mineradora urbana do Brasil. A seu tempo, o rego do Saia Velha representa um marco na engenharia hidráulica mineradora do Brasil.

O uso racional e sustentado da paisagem significa, portanto, o melhor uso possível, considerando-se a totalidade dos aspectos que condicionam a conservação dos recursos ambientais, ou seja, a necessidade de proteção tanto de recursos naturais como culturais, de forma que o atendimento às necessidades do presente não esgote a capacidade das futuras gerações de atender às suas próprias necessidades. (Odeseiki; Pellegrino, 2004, p. 504)

No desenvolvimento da dissertação observou-se a chamada “síndrome do desconhecimento”, termo aqui adotado, para definir o fato da população atual desconhecer o rego do Saia Velha ou, apresentar rejeição. Esta observação alinha-se com Santos (1987), para o qual o homem aliena-se frente a um espaço que não criou ou que desconhece a história. A respeito, Menezes (1999, p. 92) afirma que “sendo o universo da cultural um universo historicamente criado, os sentidos e valores que o sustentam precisam ser explicitados, declarados, propostos”, neste caso, não são intrínsecos ao homem, mas sim decorrentes de uma ação social.

Seguindo a linha do raciocínio anterior, Costa (2002), ressalta a importância do patrimônio cultural “como expressão de nacionalidade,” a ponto de todos os países possuírem dispositivos legais de proteção do patrimônio.

Não é só na cidade de Luziânia que observamos o descaso com patrimônio cultural brasileiro, um bom exemplo é o Morro da Queimada em Minas Gerais conhecido também como Morro Pascoal ou Arraial de Ouro Podre, destruído em 1720, após a revolta liderada por Felipe do Santos e Paschoal da Silva Guimarães, tendo como motivo foi a oposição aos aumentos de impostos das casas de fundição pela Coroa Portuguesa. O movimento rebelde foi sufocado pelas tropas do Governador da província Conde Assumar ([www.iepha.mg.gov.br](http://www.iepha.mg.gov.br) 01 de Junho de 2005).

Depois de ser incendiado pelo governador, o antigo Arraial de Ouro passou a ser chamado de morro da Queimada, Nesta ocasião a população que ali vivia foi obrigada a se alojar em outros Arraiais. O governador afirmava que no arraial falava-se mal da coroa Portuguesa ([www.iepha.mg.gov.br](http://www.iepha.mg.gov.br), 01 de Junho de 2005).

O Morro da Queimada hoje constitui um sítio arqueológico de grande valor por ser testemunho material das primeiras tipologias arquitetônicas da cidade guardando registro da exploração do ouro no início do século XVIII. Segundo relatos, o imperador D. Pedro II, quando visitou Ouro Preto em 1881, identificou o Morro da Queimada como a Pompéia brasileira ([www.iepha.mg.gov.br](http://www.iepha.mg.gov.br), 01 de Junho de 2005)

Nas últimas décadas, o Morro da Queimada vem passando por um processo no qual as ruínas vêm sendo dilapidadas pela ocupação desordenada, com novas construções, e novas estradas. As ruínas foram usadas como base para casa de várias moradores da cidade assim como as pedras e outros objetos foram retirados e utilizados nas construções ([www.iepha.mg.gov.br](http://www.iepha.mg.gov.br), 01 de Junho de 2005).

Continuando a dissertar em relação ao Morro da Queimada a UNESCO exigiu algumas providências dentre elas a:

- Implementação do Parque Arqueológico dando a valorização do Patrimônio Cultural
- Proteção Paisagística
- Início da consolidação do Parque Municipal recuperando os diversos recursos naturais existentes

De acordo com o IPHAN de Ouro Preto estão previsto para o Morro da Queimada a implementação de um programa de escavação arqueológica, proteção de ruínas e da moldura paisagística e a criação de um museu arqueológico do ciclo do ouro 9([www.iepha.mg.gov.br](http://www.iepha.mg.gov.br), 01 de Junho de 2005)

Apesar de estar incluído na região tombada pelo IPHAN, a falta de fiscalização ao longo dos tempos possibilitou a ocupação desordenada no território. Estudos apresentados pela Fundação Educativa de Ouro Preto (FEOP) aponta a possibilidade de desaparecimento das ruínas históricas do Morro da Queimada ([www.iepha.mg.gov.br](http://www.iepha.mg.gov.br), 01 de Junho de 2005)

No final do século XVIII com a decadência da atividade mineradora as cidades passam a desenvolver outros caminhos para chegar à economia. O SPHAN criado em 1937 começa a olhar para essas cidades mineiras como forma de se preservar o que até então tinha sido construído (monumentos e edificações) (Murta, S.M *et.al.* 2002).

O Estado passa a cuidar e definir normas de preservação que garanta cuidados aos bens da cidade. No entanto os moradores passam a não entender o significado das ações de proteção de seus bens causando um grande espírito de rejeição (Murta, S.M *et.al.* 2002).

Hoje percebemos um avanço nesse relacionamento, os projetos desenvolvidos em São João Del Rei (1999) e Tiradentes (2001) foram elaborados com objetivos para que realçassem a história e as características arquitetônicas e culturais das cidades (Murta, S.M *et.al.* 2002).

Para uma boa interpretação foi elaborado Folders com um conteúdo riquíssimo culturalmente tendo fotos e mapas localizando todas as atrações. A qualidade visual da paisagem deve estar claramente integrada ao processo (Murta, S.M *et.al.* 2002)

Segundo Maria Célia Nunes, O grande problema a respeito das mudanças ambientais e geográficas e paisagísticas pertence ao comportamento humano ou da sociedade.



## **7. CONCLUSÃO**

Os resultados obtidos apresentam uma realidade preocupante em relação ao rego do Saia Velha, frente a ocupação urbana, as atividades agrícola e a mineração. Os dados indicam que apenas parte do canal está preservado, a grande maioria já foi totalmente destruído.

Na etapa de escolha da temática desta dissertação elaborou-se três linhas de trabalho envolvendo o rego do Saia Velha, partindo da premissa de que se trata de um patrimônio cultural: 1 - relação com a legislação; 2 – elaboração de um zoneamento arqueológico do município de Luziânia, visando o plano diretor e; 3 – o impacto sobre o rego do Saia Velha em função das modificações / alterações da paisagem. A escolha da linha de trabalho representada pela opção 3, baseou-se no fato de que primeiro é necessário a identificação do problema e o contexto que o envolve (aqui incluídas causas, consequências e medidas mitigadoras).

Na ótica da gestão do patrimônio cultural, o desenvolvimento da opção 2 viria como uma complementação fundamental, somando esforços para a preservação do patrimônio cultural representado pelo rego do Saia Velha.

O plano diretor do Município de Luziânia prevê ações de proteção ao patrimônio cultural, sem, contudo aprofundá-las. Este plano, que visa controlar a ocupação do solo, permite ações lesivas ao rego do Saia Velha, e nada leva a crer que esta situação será alterada.

Como o rego do Saia Velha é um patrimônio cultural do município de Luziânia acredita-se que a solução depende da força da legislação. Neste contexto, o rego deve

ser tombado pelo Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional e inserido em um plano de gestão dos patrimônios natural e cultural.

Os segmentos ainda preservados, e localizados em áreas de vertentes de alta a média declividade, podem fazer parte de uma unidade de preservação dos patrimônios natural e cultural, obedecendo os critérios estabelecidos pelo IBAMA e pelo o IPHAN.

O plano de gestão sugerido deve, basicamente, mapear todo o rego do Saia Velha, reconstituir seu traçado original e, em conjunto com o plano diretor do município, determinar as áreas de preservação, impedindo a ocupação do solo em uma faixa a ser estabelecida por critérios técnicos, levando em conta, por exemplo, a dinâmica das vertentes, atividades desenvolvidas a montante do rego e erodibilidade do solo.

Nas áreas já impactadas pela ocupação do solo, principalmente áreas urbanas, acredita-se que ainda existam segmentos apenas encobertos, os quais podem ser recuperados com um minucioso trabalho de prospecção. Por seu turno, para os segmentos já destruídos resta a busca de registros históricos como fotografias, gravuras, etc.

No ritmo acelerado em que ocorre a ocupação do solo no município de Luziânia com áreas urbanas, industriais e de exploração mineral (brita) em aproximadamente cinco anos, não haverá remanescente do canal do Saia Velha, incluindo-se aqui as áreas localizadas em vertentes com gradiente desfavorável a ocupação urbana, mas objeto de instalação de pedreiras, chegando ao estágio 4 de projeção apresentada na página 36.

A inclusão do rego do Saia Velha em um plano de gestão dos patrimônios naturais e culturais do município de Luziânia deverá enfrentar alguns obstáculos, principalmente com setores imobiliários. Como o rego é uma obra linear, interceptando diversos setores da paisagem, sua preservação exigirá alguns recortes desta paisagem, fato que invariavelmente se contrapõem aos interesses imobiliários. A educação patrimonial é fundamental para a superação deste obstáculo.

O Rego do Saia Velha representa um marco na engenharia do ciclo da mineração, escavado pelas mãos de escravos e que consumiu a milhares de vidas, devendo ser preservado para gerações futuras. .

Neste contexto, a paisagem que abrange o rego pode ser incluída como paisagens evoluídas organicamente e paisagens associativas, conforme Meneses (2002), abordado no capítulo 4. Segundo os critérios adotados por Juliani (1996) o rego do Saia Velha apresenta significância histórica, científica, étnica e pública.

Evidentemente que as medias sugeridas necessitam de um aporte financeiro considerável, que pode ser obtido com a iniciativa privada através da Lei de Incentivo a Cultura. Neste aspecto, o ponto de partida pode ser a região do entorno do rego do Saia Velha, principalmente as empresas localizadas ao longo da BR 040.

Esta dissertação buscou inserir trabalhar com um elemento representativo do patrimônio cultural ameaçado de destruição, no âmbito de um programa de Pós Graduação “Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural”. Os resultados obtidos indicam que este objetivo foi alcançado.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALBANO, C. (1994) *Entre os limites do passado e as demandas do futuro: uma análise da cidade histórica de Ouro Preto*. Cadernos de Arquitetura e urbanismo, n. 2, belo Horizonte, Puc- MG.

ÁLVARES, J.M (1979) *História de Santa Luzia*. Idependence Atas do Simpósio Sobre Política do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural (1996) UCG. Goiânia.

ATAIDES, J. M; MACHADO, L.A; SOUZA, M.A.T (1997) *Cuidando do Patrimônio Cultural*. Goiânia UCG.

AZEVEDO, A, F. (2001) *Construção da Idade e da Paisagem*. Biblioteca do Departamento de Geografia da USP.

BOMENY, H. B. (1995) *O Patrimônio de Mario de Andrade*.IPHAN, Rio de Janeiro.

BOURDIEU, P. (1998) *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CALDARELLI, S. B. (1993) *A preservação do patrimônio cultural em planejamento ambiental*. In: Anais....IV Encontro Nacional de Estudos sobre o Meio Ambiente, Cuiabá, MT, 8p.

CARLOS, A.F.A; YAZIGI,E; CRUZ, R.C.A (ORGS) (1999) *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo (geografia: teoria e realidade)

CAZZETA, M.( 1991) *Arqueologia e planejamento urbano*. Anais...I Congresso Latino-Americano sobre a Cultura e Arquitetura Urbanística, p. 190-196, Porto Alegre.

COELHO, G. N. (2000) *O espaço urbano em Vila Boa: entre o erudito e o vernacular*. Goiânia: UCG.

COELHO, ; Valva, M. (2001) *Patrimônio Cultural Edificado*. Editora UCG.

COELHO, M. C. N. (2000) *Impactos ambientais em áreas urbanas: teorias, conceitos e*

*métodos de pesquisa*. In: Guerra, A. J. T.; Cunha, S. B. (Orgs.) Impactos ambientais urbanos no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 19-45.

COSTA, L. M. (2002) *De museologia, arte e políticas de patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN.

CUNHA, D. F. (2004) *Patrimônio Cultural – Proteção legal e constitucional*. Letra Legal, Rio de Janeiro.

CURY, I. (Org.). (2000) *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN.

CHAUL, N. F; Ribeiro, P. R. (2001) *Goiás: Identidade paisagem e tradição*. 1º ed. UCG.

COLI, J. (1995) *O que é Arte*. 15ª ed. Brasiliense. São Paulo.

COUTINHO, A. (2001) *Guia Turístico, Histórico e Cultural do Estado de Goiás*. 2ª ed. Artes gráficas e Publicidade. Goiânia

CRUZ, R. C. A (2002) *As paisagens artificiais criadas pelo turismo* In: YÁZIGI, E (org) *Turismo e Paisagem*. São paulo: Contexto, p.107-119

CRUZ, R. C. A. (2000) *Geografia: teoria e realidade*. São Paulo: HUCITEC, p. 88-99.

DA MATTA, R. (1998) *O que fez o brasil, Brasil?*. 12ª ed. Rocco. Rio de Janeiro.

DICKENS JR. ; R. S.; Crimmins, T. J. (1982) *Environmental impact archaeology in the urban setting: a view from Atlanta*. In: Dickens Jr. ; R. S (Ed.) *Archaeology of urban America. The Search for Pattern and Process*. New York: Academic Press, p. 105-113. Enciclopédia dos Municípios, (1958)Vol. VI, Rio de Janeiro.

FARIA, L.C. (1995) *Nacionalismo, nacionalismo-dualidade e polimorfia*. In: A Invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil. UFRJ: coletânea de artigos sobre o Patrimônio. Rio de Janeiro.

FONSECA, M.C.L. (1997) *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. UFRJ: IPHAN. Rio de Janeiro.

GEERTZ, C. (1989) *Interpretações das Culturas*  
EDT: LTC

GODOY, R. A (2004) *legislação urbanística como ferramenta para a gestão do patrimônio Arqueológico: o estudo de caso para a Cidade de Goiás*. Habitus. Goiânia: UCG, v. 1, n. 2.

GONTIJO, R. (2003) *Identidade Nacional e Ensino de História: diversidade como patrimônio sociocultural*. Ática. Rio de Janeiro.

GUIMARÃES, M.L.S (1988) *Nação e Civilização nos Trópicos: o instituto histórico geográfico brasileiro e o projeto de uma história nacional*. UFRJ. Rio de Janeiro.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1994).

IPHAN-Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2000), *Cartas Patrimoniais 2ºed.Ver. Aum-* Rio de Janeiro.

KROEBER, A. L (1952) *A natureza da Cultura*. Edições 70. Lisboa.

JULIANI, L. J. C. O. (1996.) *Gestão arqueológica em metrópoles: uma proposta para São Paulo*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

JULIANI, L. J. C. O. (1997) *Avaliação de impactos ambientais de empreendimentos urbanísticos e medidas mitigadoras aplicáveis*. In: Caldarelli, S. B. (Org.) *Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural. Repercussões dos Dez anos da Resolução CONAMA n. 001/86 sobre a Pesquisa e a Gestão dos Recursos Culturais do Brasil*. Universidade Católica de Goiás. Instituto Goiano de Pré-História e Antrpologia. Fórum Interdisciplinar para o avanço da Arqueologia. Goiânia: UCG, P. 71-79.

LARAIA, R. B. (2004) *Cultura: um conceito antropológico*. 17ª ed. ED Laraia. Rio de Janeiro.

LONDRES, J. L (2000) *Identidade e Paisagem*. Ed Contexto, São Paulo.

MALHEIROS, A. (1995). *In Direito Administrativo Brasileiro*. 20ª ed. Cultrix, São Paulo.

MARTINS, J. O. (2000) *Turismo, cultura e identidade*. ed. Futura, São Paulo.

MENDONÇA, S.R. (1995) *Por uma sócio-história do estado no Brasil*. Cortez. São Paulo.

MENEZES, U. T. B.( 1999) *Os usos culturais da cultura: contribuições para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais*.

MENEZES, U.T.B (2002) *A paisagem como fator*. In: Yázigi, E. (org) *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, . p.29-64

MONTEIRO, A. G (1997) *Ciências Sociais Aplicadas*. Cortez. São Paulo

MURTA, S.M; Albano, C (orgs) (2002) *Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte UFMG; Território Brasilis.

NUNES, M.C (2004) *Impacto Ambiental na Zona Urbana*. Ática. São Paulo

ODESEKI H.; PELLEGRINO, P. R. M. (2004) *Paisagem, sociedade e ambiente*. In: Philippi JR, A.; Roméro, M. A.; Bruna, G. C. (Eds.). *Curso de gestão ambiental*. Barueri, SP: Manole,. p. 485- 523.

OLIVEIRA, H. G. (2002) *Construindo com a paisagem: um projeto para a Serra do Cipó*. In: Murta, S.M.; Albano, C. (Orgs.). *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: UFMG; Território Brasilis,

PALACÍN, L; AUGUSTA, M. (1995) *História de Goiás*. 6<sup>a</sup> ed. Editora UCG, Goiânia. \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. (1994) *O século do Ouro em Goiás*. Editora UCG, Goiânia.

PELOGGIA, A. (1998) *O homem e o ambiente geológico: geologia, sociedade e ocupação urbana no Município de São Paulo*. São Paulo: Xamã.

PIMENTA, S. G. (1996) *Impacto Ambiental nas Atividades Urbanas*. ED Atica, São Paulo.

PIMENTEL, A. (1994) *Pela Vila de Santa Luzia ou fragmentos de um passado. Luziânia*: Gráfica e Editora Independências.

PIRES, A. (2002) *Qualidade Visual da Paisagem*. Ed Rocco. Rio de Janeiro.

REIS, G. (1925) *Almanach de Santa Luzia*.

REIS, G. (1979) *Efemérides Goianas*. Secretaria de Educação e Cultura de Goiás.

RICOUEUR, P.O. (2001) *O Passado tinha futuro* IN: A religação dos saberes: o desafio do século XXI. Trad. Flávia Nascimento. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro

ROCHA FILHO, G. N. (1999) *O plano diretor da Estancia de Amparo, SP*. In: Yazigi, E. ; Carlos, A. F. A.; Cruz, R. C. A. (Orgs.) *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: HUCITEC,. (geografia: teoria e realidade; 30). p. 231-238.

SAMPAIO, S. C. (1997) *As cartas internacionais e a proteção ao patrimônio cultural brasileiro*. In: Caldarelli, S. B. (Org.) *Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural. Repercussões dos Dez anos da Resolução CONAMA n. 001/86 sobre a Pesquisa e a Gestão dos Recursos Culturais do Brasil*. Universidade Católica de Goiás. Instituto Goiano de Pré-História e Antrpologia. Fórum Interdisciplinar para o avanço da Arqueologia. Goiânia: UCG,. P. 157-158.

SANTOS, M. (1987) *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL. (2002) *Patrimônio nas ruas – Brasília*. Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO. (2002) *Ranking dos Municípios Goianos*. ED Printed, Goiânia.

SILVA, T.T. (2003) *Documento de Identidade: uma introdução às tórias do currículo*. 2<sup>a</sup> ed. ED Autêntica. Belo Horizonte.

SOUZA, M.A. T (1999) *Mineração em Goiás*. (dissertação de Mestrado)

Universidade Federal de Goiás.

SOUZA, M. L. (2000) *O desafio metropolitano: um estudo de caso sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

TINÔCO, L.N; Andrade, R. R; Saddi, S. (2004) *Encontro do ministério público na defesa do patrimônio cultural*.

TOCCHETTO, F. B.(1999) *Política pública de preservação e valorização do patrimônio arqueológico de Porto Alegre: subsídios para uma gestão municipal. Projeto de Gestão – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)*. Porto Alegre> Cópia Impressa.

VALENTE, A.L. (2003) *Diversidade, Cultural e Educação. Conhecimentos Antropológicos nos Parâmetros Curriculares Nacionais: Para uma Discussão sobre a Pluralidade Cultural*. ED Biruta. São Paulo.

VELHO, G. (1987) *Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. ED Zahar. Rio de Janeiro.

Documentos da Casa da Cultura (Secretaria Municipal de Cultura de Luziânia).

YÁZIGI, E. (2002) *Turismo e Cultura*. São Paulo: Contexto.

#### **JORNAL:**

Jornal O popular. Luziânia entra na História, p.10 1997.

#### **SITES:**

site [www.luziania.com.br](http://www.luziania.com.br) Acessado no dia 05 de Agosto de 2004

site [www.google.com.br](http://www.google.com.br) Acessado no dia 13 de Dezembro de 2004

site [www. Iphan.gov.br](http://www.Iphan.gov.br) Acessado no dia 15 de Janeiro de 2005

site [www.portal deLuziânia.com.br](http://www.portal deLuziânia.com.br) \_Acessado no dia 10 de Março de 2005

site [www.camara municipal de ouro preto.mg.gov.br](http://www.camara municipal de ouro preto.mg.gov.br) Acessado no dia 28 de Março

site [www.forumdasartes.ufop.br](http://www.forumdasartes.ufop.br) Acessado no dia 15 de Maio 2005

site [www.iepha.mg.gov.br](http://www.iepha.mg.gov.br) Acessado no dia 01 de Junho de 2005

site [www.prefeituramunicipaldeluziânia.com.br](http://www.prefeituramunicipaldeluziânia.com.br) Acessado no dia 15 de dezembro de 2004

## **Anexo 1**

### O inusitado evento das cabaças -

Narração de um fato inédito ocorrido nesta comunidade em 11 de abril de 1768, com base nas informações colhidas no "Almanach de Santa Luzia (para 1920)", de autoria dos mestres Evangelino Meireles e Gelmires Reis, e no livro "História de Santa Luzia", de Joseph de Melo Álvares. Para Exploração das minas de ouro do Cruzeiro, localizadas nas adjacências da igreja do Rosário, um projeto grandioso carecia ser realizado: canalizar as águas do ribeirão Saia Velha até o referido local, percorrendo uma extensão de cerca de quatro léguas. Somente homens de alta envergadura poderiam dar início e levar avante obra de tal magnitude; mas eles surgiram! Uma sociedade foi constituída pelos seguintes personagens: capitão João Pereira Guimarães, Manoel Ribeiro da Silva e Ventura Álvares Pedrosa. Todos cidadãos de destaque na região e com ótima situação econômico-financeiro, além de possuidores de milhares de escravo. Seria os responsáveis pela construção da fabuloso empreitada, preste a ser iniciada. Neste comenos, num desses momentos em que por descuido nos falta ponderação, houve dúvida por parte do major (título honorífico) José Pereira



Lisboa - outra figura proeminente da sociedade local daquela época - quanto à efetiva execução do fabuloso empreendimento e ainda infelicidade de torná-la pública, ao comentar, pilheriando, que a água poderia chegar até àquele local, mas não em rego ou canal - mas se transportadas em cabaças!... Pronto! estava criado um incidente melindroso e que acirrava a rivalidade existente, pois ambos (capitão Guimarães e major Lisboa) eram ricos e com poder de influenciar no vasto e populoso Arraial.

Mas depois das réplicas e desabafos, o capitão Guimarães e sua competente equipe não deram mais ouvido aos boatos e comentários, e se empenharam, sem alarde, por mais de dois anos, comandando e coordenando o trabalho de mais de mil escravos.

Deveras uma obra faraônica, com enormes aterros e admiráveis cortes, produtos de mão humanas, sofridas, escravas, e ferramentas rudimentares - muitos aquém do maquinário moderno de hoje -, provando-se, destarte, que a coragem do homem, com a aquiescência Divina, leva-o a realizar eventos inconcebíveis, pois finalmente, em 11 de setembro de 1770 o dique foi aberto e a água jorrou ruidosamente pela rua do Rosário, conduzindo, em seu ímpeto desenfreado, inúmeras cabaças: um turbilhão! (que haviam sido depositadas no leito do canal enquanto as águas estavam represadas), produzindo insólito barulho, pois, além da canção que uns cem escravos entoavam, também quebravam com violentas cacetadas as cabaças que rolavam rua abaixo, causando estalidos assustadores, numa balbúrdia indescritível (quase toda a população da parte baixa correu assustada, ao lugar do atrito), e com o agravante de que a cantoria se referia ao major Lisboa, mas de forma pejorativa...

Ao que se sabe, aquela represaria ao major, por ter duvidado e debochado, foi urdida pelo genro, parente e aduladores do capitão Guimarães - abastado e influente - pois ele próprio estava doente e acamado, em sua residência, denominada Engenho da Palma. Entanto, como o major morava em um sobrado na própria rua do Rosário, logo saiu à rua, com arma de fogo, para por fim à confusão que deixava em incômoda situação. Mais eis que surge, inesperadamente, o juiz Ordinário, José Rodrigues Costa, hipotecando

apoio aos que promoviam a insultuosa ocorrência, ao invés de, normalmente, procurar restabelecer a ordem.

Ocorreu, por outro lado, que da chácara do major, não muito distante, chega um contingente formado por amigos, feitores e escravos do major, chefiado por seu filho Lourenço Lisboa, manifestando caloso apoio a Lisboa, pessoa boa e muito estimada, tendo somente incorrido no inadvertido erro de ter externado sua dúvida e criticar ao grande empreendimento. Num impasse assim, fervilhante de emoções conflitantes, foi que o major, indignado com a parcialidade do juiz, larga a arma de fogo e saca, em seguida, do espadim, para com ele arrancar a cabeleira postiça do juiz, deixando-lhe a ordena-o a seguir para a casa que era, naquela época, utilizada como cadeia, na parte baixa da comunidade. E mesmo tendo o apoio do povo, agora em sua quase maioria, o major seguiu sereno à frente de um juiz colérico e cuja aparência era lamentável: todo molhado, respingado de lama e com a careca exposta ("quem sabe sentiu-se como se estivesse despido?").

O major acatou a ordem de prisão porque era um homem pacífico, conhecedor de leis (pois era, vale acrescentar, o título da Vara de Órfãos), e estava cômico da gravidade do momento; bastava, tão somente, uma reação dele e o juiz estaria perdido... Entretanto, pedia calma, alegando também que, assim, sem reação, seria mais viável provar não ter culpa pelo desfecho do lamentável sucedido.

O próprio capitão Guimarães veio depois, à noite, à procura do juiz, empenhando-se na soltura do major. Tudo em vão; irado, ele estava irreduzível.

Em 15 de outubro de 1771 o major foi escoltado para Vila Boa, contrariando a multidão que, exaltava, aglomerou-se na praça, fazendo sentir seu rumor de protesto. Mas o major atenuava pedindo confiança e tranqüilidade.

([www.portaldeluziania.com.br](http://www.portaldeluziania.com.br), 10 de março de 2005).